

Universidade do Sul de Santa Catarina

Socioeconomia e Geopolítica



UnisulVirtual

Universidade do Sul de Santa Catarina

Socioeconomia e Geopolítica

UnisulVirtual
Palhoça, 2016

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerdt

Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão

Mauri Luiz Heerdt

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário UnisulVirtual

Fabiano Ceretta

Campus Universitário UnisulVirtual

Diretor

Fabiano Ceretta

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços
Amanda Pizzolo (*coordenadora*)

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Educação, Humanidades e Artes
Felipe Felisbino (*coordenador*)

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Produção, Construção e Agroindústria
Anelise Leal Vieira Cubas (*coordenadora*)

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Saúde e Bem-estar Social
Aureo dos Santos (*coordenador*)

Gerente de Operações e Serviços Acadêmicos
Moacir Heerdt

Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão
Roberto Iunskovski

Gerente de Desenho, Desenvolvimento e Produção de Recursos Didáticos
Márcia Loch

Gerente de Prospecção Mercadológica
Eliza Bianchini Dallanhol

Agostinho Schneiders
Rogério Santos da Costa

Socioeconomia e Geopolítica

Livro didático

Designer instrucional
Marina Melhado Gomes da Silva
Isabel Zoldan da Veiga Rambo

1^a edição revista e ampliada

UnisulVirtual
Palhoça, 2016

Livro Didático

Professor(es) Conteudista(s)

Agostinho Schneiders
Rogério Santos da Costa

Designer instrucional

Marina Melhado Gomes da Silva
Isabel Zoldan da Veiga Rambo

Projeto gráfico e capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramador(a)

Daiana Ferreira Cassanego
Josué Lange

Revisor(a)

Perpétua Guimarães Prudêncio
Diane Dal Mago

S34 Schneiders, Agostinho

Socioeconomia e geopolítica : livro didático / Agostinho Schneiders,
Rogério Santos da Costa ; design instrucional Marina Melhado Gomes
da Silva, Isabel Zoldan da Veiga Rambo. –1. ed. rev. e ampl. – Palhoça :
UnisulVirtual, 2016.

87 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

1. Geopolítica. 2. Economia - Aspectos sociológicos. I. Costa,
Rogério Santos da. II. Silva, Marina Melhado Gomes da. III. Rambo,
Isabel Zoldan da Veiga. IV. Título.

CDD (21. ed.) 320.12

Sumário

Introdução | **7**

Capítulo 1
Espaço geográfico e organização humana | **9**

Capítulo 2
Economia e política internacional | **29**

Capítulo 3
Relações sociais de produção e consumo | **55**

Considerações Finais | **79**

Referências | **81**

Sobre o(s) professor(es) conteudista(s) | **87**

Introdução

Prezado (a) estudante,

Neste início de século XXI, estamos inseridos em um mundo desafiador, marcado pelas rápidas e importantes descobertas da ciência, com reflexos imediatos nos aparatos tecnológicos, que provocam alterações constantes na vida individual e coletiva. Por vezes, parece que não conseguiremos apreender e acompanhar todas as mudanças da sociedade. Por outras, tem-se a impressão de que o conhecimento não é mais suficiente para a compreensão de tantas modificações. E mais: é um mundo marcado por guerras, conflitos, tensões, divisões sociais, desemprego estrutural e problemas ambientais de graves consequências.

Ao mesmo tempo em que vivemos nesse contexto profundamente preocupante, vivemos sob extraordinárias perspectivas e promessas de melhorias para nosso futuro. Neste livro, objetivamos o estudo da vida social humana, dos grupos sociais e econômicos constituídos e seus respectivos conflitos decorrentes de processos intensos de trocas e conquistas de novos mercados. Portanto, compreender o próprio comportamento em sociedade baseado em relações entre pequenos grupos ou processos globais é tarefa fascinante e ao mesmo tempo inquietante para o ser humano.

Nossos maiores objetivos estão na fundamentação teórica e, para alcançar tais objetivos, caracterizaremos a globalização e a fragmentação da sociedade atual, bem como o espaço geográfico como local das mudanças e das permanências. A sociedade do conhecimento como principal fator da força de trabalho promovendo mudanças significativas nas relações de trabalho também é foco deste livro.

É sabido que os últimos 20 anos têm sido de grandes transformações mundiais, proporcionadas pelo fim da Guerra Fria e pela extraordinária manifestação de avanços tecnológicos. Esses elementos colocaram de vez as principais áreas do planeta conectadas umas às outras, formando definitivamente um planeta globalizado. Dessa forma, estudar e entender um pouco dos fenômenos mundiais é fundamental para a formação básica de qualquer pessoa.

Será abordado o Sistema Internacional, que é formado principalmente por Estados e suas soberanias, que, ao lado de empresas transnacionais, Organizações Internacionais Governamentais (OIGs) e organizações não governamentais (ONGs), formam uma dimensão de atores principais. As relações

entre esses atores são enfocadas de forma histórica com foco na economia e política, elencando suas principais características e suas implicações para os seres humanos vivendo em sociedades nacionais.

As principais características destas OIGs, bem como seus limites e possibilidades em influenciar o Sistema Internacional (SI), principalmente os Estados-nação soberanos, também serão estudadas. Para isso, são apresentadas as principais OIGs nos campos político, como a Organização das Nações Unidas (ONU), militar; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de integração; a União Europeia, o Mercosul e a Organização Mundial do Comércio (OMC), econômicas; e especializadas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Acreditamos que a mensagem mais importante neste livro é a compreensão de que a sociedade é uma construção coletiva. Ela nos ensina que o que, às vezes, parece-nos natural e inevitável é uma construção histórica e social envolvendo atores que às vezes aparecem de forma individual; outras, de forma coletiva em poderosas organizações governamentais (públicas) e privadas. Compreender esses processos é vital para nos entendermos como atores sociais e não apenas como expectadores da sociedade.

Capítulo 1

Espaço geográfico e organização humana

Agostinho Schneiders

Seção 1

A produção do espaço geográfico pela sociedade

A palavra espaço é de uso corrente, utilizada tanto no dia a dia como nas diversas ciências, sendo descrita por acepções distintas e numerosos qualificativos. Entre os astrônomos, matemáticos, economistas e psicólogos, dentre outros, utilizam-se, respectivamente, as expressões espaço sideral, espaço topológico, espaço econômico e espaço pessoal.

Desde os primeiros anos que mantivemos contato com a disciplina de Geografia, nossos professores a relacionavam com o espaço. Por isso, não é raro lembrarmo-nos de “**espaço geográfico**” quando nos referimos a essa ciência.

A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, por outro lado, aparece de maneira vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Portanto, o espaço geográfico é aquele que foi modificado pelo homem ao longo da história, que contém um passado histórico e foi transformado pela organização social, técnica e econômica daqueles que habitaram ou habitam os diferentes lugares.

Adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas: global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior. Percebemos, assim, que não existe uma determinação quanto ao tamanho do espaço, ou seja, tudo o que está a nossa volta pertence a esse espaço geográfico. Ao longo desta seção, será discutido o que é, afinal, o espaço geográfico.

As ciências sociais, entre as quais destacamos a História, a Antropologia, a Geografia e a Sociologia, estudam a sociedade. Esta é muito complexa, multifacetada, sendo constituída por elementos como as classes sociais, as artes, a cidade, o campo, o Estado, os partidos, as religiões, etc. Os numerosos componentes da sociedade estão articulados e imbricados de tal modo, que se fala de uma totalidade social, cuja complexidade abarca as contradições internas e o movimento de transformação. Assim, torna-se difícil a compreensão da sociedade a partir de uma única ciência social concreta, bem como as suas possíveis articulações.

A análise da sociedade, no entanto, é feita a partir de diversos ângulos. As ciências acima citadas estudam-na na perspectiva do mesmo objeto, ou seja, objetivado, diferentemente. É esta objetivação que as distingue entre si. O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro e de rodagem, minas, voçorocas, parques nacionais, *shopping centers*, etc, (CORRÊA, 1998).

Essas obras do homem são as suas marcas, apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico. A objetivação do estudo da sociedade pela Geografia, por exemplo, faz-se através de sua organização espacial, enquanto as outras ciências sociais concretas estudam-na através de outras objetivações.

Para Corrêa (2007), no longo e infinidável processo de organização e do espaço, o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas, que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.

Figura 1.1: Espaço geográfico: a grande cidade



Fonte: Espaço Geográfico, 2012.

As práticas espaciais resultam, por um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência esta que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial, previamente já diferenciadas. Essas práticas resultam, de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo.

As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução. Se elas resultam da consciência da diferenciação espacial, de outro lado são ingredientes através dos quais a diferenciação espacial é valorizada, parcial ou totalmente desfeita e refeita, ou permanece em sua essência por um período mais ou menos longo. A seletividade espacial, fragmentação ou remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora são exemplos de práticas espaciais, segundo Corrêa. (2007).

Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica (superfície plana e homogênea com as mesmas propriedades físicas em todas as direções), representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexos e condições sociais, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, multidimensional. Aceitar esta multidimensionalidade do espaço geográfico é aceitar por práticas sociais distintas que, como Harvey (1973) se refere, permitem construir diferentes conceitos de espaço. Decifrando-o, como diz Lefébvre (1974), revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar.

Milton Santos (1977), em um de seus magníficos textos, trata justamente dessa temática inicial da discussão entre a ciência geográfica e o espaço. De acordo com o texto, constatamos que o papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia. Esta disciplina considera o espaço mais como teatro das ações humanas, e o encaminhamento dos geógrafos partem em geral do solo e não da sociedade. Pode-se dizer que a Geografia interessou-se mais pela forma das coisas do que pela sua formação e a história da sociedade mundial ou local.

1.1 Formação Econômica e Social: teoria para o entendimento do espaço geográfico

A categoria Formação Econômica e Social (FES), baseada nos estudos de Marx e Lênin, e aprofundada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, durante a década de 1970, parece-nos a mais adequada para auxiliar na formação de uma teoria válida do espaço. A base de explicação desta teoria seria a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar utiliza-se da categoria do espaço, ou seja, a própria história da formação econômica e social está inserida no espaço. Segundo essa teoria, natureza e espaço são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma natureza transformada, uma “segunda natureza” – como Marx a chamou: “uma concepção que ultrapasse as fronteiras do ecológico e abranja toda a problemática social.” (SANTOS, 1977, p. 84).

A categoria de Formação Econômica e Social ou simplesmente formação social teve em Sereni (1976, p. 76), uma importância ímpar. Segundo esse autor, ela

[...] se coloca inequivocadamente no plano da história, que é o da totalidade e a unidade de todas as esferas (estruturais, supraestruturais – econômica, política, social e cultural) da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico.” (SERENI, 1976, p. 76).

Partindo do pressuposto de que a noção de formação social está ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, Santos (1977) demonstra que essa formação não pode ser tratada sem a noção de espaço geográfico, afinal, este aparece tanto como produto quanto como uma condição da (re)produção social. Assim é que a noção adquire o *status* de formações históricas e geograficamente localizadas, isto é, formações socioespaciais.

1.1.1 Mas o que realmente é a categoria “Formação Econômica e Social”?

Foi lembrando por Santos (1977) que a categoria de FES, apesar de sua importância para os estudos das sociedades, não mereceu, durante um longo período, estudos e discussões que levassem a renovar e aperfeiçoar o conceito. Só recentemente, há menos de vinte anos, retomou-se o debate.

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e também nas suas frações. Esse conhecimento é específico e aprendido num dado momento de sua evolução. Nenhuma sociedade tem funções permanentes; a sociedade evolui sistematicamente.

A noção de formação econômica e social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Uma FES é “um objeto real” que

existe independentemente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento.

Modo de produção, formação social e espaço são três categorias interdependentes (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo), além disso, são histórica e espacialmente determinadas num movimento de conjunto por meio de uma formação social.

A formação social compreende uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica. Trata-se de uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por certa distribuição da atividade de produção, sendo as diferenças entre lugares resultados do arranjo espacial dos modos de produção particulares.

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço pode ser explicada pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, podendo ser representadas, essencialmente, pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita.

O modo de produção pode ser expresso pela luta e por uma interação entre o novo – que domina – e o velho. As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a história no tempo; as formações sociais escrevem-na no espaço.

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação, sendo o movimento do espaço, isto é, sua evolução é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Com relação ao espaço e à totalidade, as formações econômicas e sociais são uma organização histórica, “[...] a totalidade da unidade da vida social.” (SANTOS, 1977, p. 84).

O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser aprendido senão ao nível da totalidade. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formas econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas.

Para Santos (1977, p. 91), o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas. “Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos.” Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

A ideia da dupla análise é feita das redes, buscando seu viés físico-territorial e, ao mesmo tempo, seu sentido sócio-político-econômico-cultural. Assim, o relativo abandono da maioria da população pelo circuito capitalista moderno no que diz respeito à manifestação das relações sociais de produção e de consumo (com seus infinitos desdobramentos) forma par com a estrutura física das redes incorporadas no território, uma vez que, é importante relembrar, elas são os paradigmas técnicos responsáveis pelas relações socioeconômicas capitalistas.

A fragmentação sócio-espacial advém enquanto processo resultante da seletividade social e territorial das técnicas e dos seus usos, que se dão de acordo com as vantagens locacionais de cada “fragmento” territorial usado. Ao se impor como modelo sócio-político-econômico dominante, o capitalismo monopolista neoliberal articula-se de maneira seletiva nos espaços das cidades dos países “subdesenvolvidos”, criando a descontinuidade existente entre as classes dominantes e médias; e suas territorialidades mantêm-se verdadeiramente incluídas, enquanto as classes dominadas estão marginalizadas neste circuito.

Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção.



O campo de preocupação da ciência geográfica é o espaço da sociedade humana, em que homens e mulheres vivem e, ao mesmo tempo, produzem modificações que o (re)constroem permanentemente. Indústrias, cidades, agricultura, rios, solos, clima, populações: todos esses elementos, além de outros, constituem o espaço geográfico, isto é, o meio ou a realidade material em que a humanidade vive e do qual é parte integrante.

Tudo nesse espaço depende do ser humano e da natureza. Esta última é fonte primeira de todo o mundo real. A água, a madeira, o petróleo, o ferro, o cimento e todas as outras coisas que existem nada mais são que aspectos da natureza. Mas o ser humano refaz esses elementos naturais ao fabricar os plásticos a partir do petróleo, ao represar rios e construir usinas hidrelétricas, ao aterrkar pântanos e edificar cidades, ao inventar velozes aviões, para encurtar as distâncias. Assim, o espaço geográfico não é apenas o local de morada da sociedade humana, mas principalmente uma realidade que é a cada momento (re)construída pela atividade do ser humano.

As modificações que a sociedade humana produz em seu espaço são hoje mais intensas que no passado. Tudo o que nos rodeia transforma-se rapidamente. Com a interligação entre todas as partes do globo e com o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, passa a existir um mundo cada vez mais

unitário. Pode-se dizer que, em nosso planeta, há uma única sociedade humana, embora seja uma sociedade plena de desigualdades e diversidade. Os “mundos” ou sociedades isoladas, que viviam sem manter relações com o restante da humanidade, cederam lugar ao espaço global da sociedade normal.

Figura 1.2: O espaço reproduz a totalidade social



Fonte: Mercado Popular: Mercado livre & Justiça Social, 2015.

Na atualidade, não existe nenhum país que não dependa dos demais, seja para o suprimento de partes das suas necessidades materiais, seja pela internacionalização da tecnologia, da arte, dos valores, da cultura. Uma guerra civil, fortes geadas com perdas agrícolas, a construção de um novo tipo de computador, a descoberta de enormes jazidas petrolíferas, enfim, qualquer acontecimento importante que ocorra numa parte qualquer da superfície terrestre provocará repercussões em todo o conjunto do globo. Isso porque muito do que acontece em áreas distantes acaba afetando-nos de uma forma ou de outra, mesmo que não tenhamos consciência disso. Não vivemos mais em aldeias relativamente independentes, como nossos antepassados longínquos, mas num mundo interdependente e no qual as transformações sucedem-se numa velocidade acelerada.



Para nos posicionarmos inteligentemente a este mundo temos de conhecê-lo bem. Para vivermos nele de forma consciente e crítica, devemos estudar os seus fundamentos, desvendar os seus mecanismos. Ser cidadão pleno em nossa época significa antes de tudo estar integrado criticamente na sociedade, participando ativamente de suas transformações. Para isso, devemos refletir sobre o nosso mundo, compreendendo-o do âmbito local até os âmbitos nacional e planetário. (VESENTINI, 2007).

Trata-se de um tipo de conhecimento (ciência geográfica) que entende o espaço geográfico como produto da atividade humana, que transforma a natureza original em segunda natureza, isto é, em uma natureza humanizada, (re)elaborada pela sociedade. Assim, pode-se dizer que a agricultura, as cidades, os meios de transporte e de comunicação etc. nada mais são que elementos naturais que foram (re)elaborados pelas atividades do ser humano. E a sociedade moderna, especialmente após a Revolução Industrial, domina e transforma a natureza, submetendo-a aos interesses econômicos e políticos dos indivíduos e das classes que compõem essa sociedade.

As mudanças são quantitativas, mas também qualitativas. Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai-se tornando mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva, crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. Com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárias e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensivamente. (SANTOS, 2008).



A paisagem é a representação visível de vários aspectos do espaço geográfico. É nas paisagens que estão inseridos todos os elementos presentes no espaço geográfico: os **elementos naturais** (vegetação, relevo, clima, etc.) e os **elementos humanos ou culturais** (que são os produzidos pela sociedade: carros, edifícios, estradas, etc.).

Quando observamos um lugar, podemos descrever os elementos que formam a paisagem desse lugar: florestas, campos, indústrias, vilas, etc. No entanto, para que essa paisagem possa ser vista como dado geográfico, temos que estabelecer as relações econômicas e sociais, responsáveis pelo “retrato” de um lugar no espaço geográfico (a paisagem). Como consequência, as paisagens modificam-se, conforme as relações econômicas e sociais que ocorrem nesse espaço.

Com os avanços científicos e tecnológicos, a agricultura passa, então, a beneficiar-se, assegurando uma produção maior sobre porções de terra menores. Os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola e reduzem a necessidade de mão de obra no campo.

Figura 1.3: Construção de uma hidrelétrica e contraste na ocupação urbana



Fonte: Visão Geográfica, 2012.

Para Santos (2008), a urbanização ganha, assim, novo impulso, e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. O capital constante, que antes era apanágio das cidades, sobretudo naquelas onde se concentrava a produção industrial, passa também a caracterizar o próprio campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas.

Esse capital constante, fixo ou localizado, chega, aliás, a toda parte, apoiado pela expansão da rede de estradas de ferro e de rodagem, que vão assegurar uma circulação mais rápida e relativamente mais barata, sem a qual o abastecimento das cidades tornar-se-ia impossível. Portanto, não é a partir da terra, do “quadro natural”, que se vai compreender a sociedade moderna; ao contrário, é a partir das características dessa sociedade que se deve estudar hoje o nosso meio ambiente.

Para compreender o mundo atual, não basta estudar primeiro a localização de cada continente (e dos países), depois seu relevo, seu clima etc., sem estabelecer grandes ligações entre esses vários aspectos. Pelo contrário, nosso ponto de partida deve ser a **organização econômica e política** dos principais conjuntos de países, pois é ela que determina como a população vive e transforma ou aproveita a natureza.

Entretanto, a regionalização do mundo com base nas características da sociedade sempre é mais problemática do que uma divisão com base em elementos físicos – em continentes ou em climas, por exemplo. Isto porque as grandes mudanças naturais ocorrem em um ritmo muito mais lento que as importantes alterações históricas e sociais.



Por exemplo, um dado país encontra-se na América e não na Europa, o outro encontra-se na zona tropical, e isso tudo não dá margem a grandes dúvidas. Já uma divisão político-econômica é mais complexa: pode ser difícil encaixar um determinado país (Coréia do Sul ou Grécia, por exemplo) apenas no sul subdesenvolvido ou no norte industrializado, pois alguns de seus aspectos lembram um conjunto e os demais lembram o outro grupo de países. Além disso, em apenas algumas décadas uma sociedade nacional pode desenvolver-se ou, às vezes, até empobrecer de forma abrupta, embora seja extremamente difícil, mas não impossível.

Uma mudança tão radical assim não ocorre na realidade natural: na localização geográfica de um país, nos seus climas, solos, relevos etc. Podemos afirmar com uma margem mínima de erro que as áreas que hoje têm clima tropical continuarão a tê-lo daqui a cem anos. E podemos também afirmar sem problemas que um país qualquer, localizado na América, no ano 2.050 continuará a ter seu território situado no mesmo continente. É evidente que tal país pode até deixar de existir nesse período de tempo; ou pode ser que ele amplie seu território com conquistas militares em outros continentes; ou ainda, pode ocorrer a perda de parte de seu espaço físico; todavia, apesar de todas essas possibilidades (que dependem muito mais do ser humano que da natureza), não há dúvida nenhuma de que seu território atual continuará no mesmo continente.

Quando se trata dos aspectos político-econômicos dos países, porém, não podemos ter tanta certeza: as modificações podem ser radicais e ocorrer de um dia para o outro. Mas isso não significa que devemos deixar de lado os estudos e as classificações da realidade social só porque ela é dinâmica e sofre transformações rápidas. Seria mais fácil estudar o mundo a partir dos tipos de clima ou dos continentes; contudo, se fizéssemos isso, no final teríamos dele uma visão muito pobre.

As mudanças e transformações acima descritas dão-se em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações. O espaço habitado tornou-se um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. Agora o fenômeno agrava-se, na medida em que o uso do solo torna-se especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo.

O homem utiliza-se do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizou as suas primeiras relações com o entorno natural, e o resultado, como estamos todos vendo, é dramático.

Se utilizarmos como base os pensamentos marxistas que definem o espaço como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, constatamos que espaço e sociedade estão intimamente ligados. Ou ainda, segundo Alves (2005), o espaço passa a ser visto como fenômeno materializado, ou seja, o espaço

[...] é produto das relações entre homens e das homens com a natureza, e ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações que o constituíram. O espaço é, então, a materialização das relações existentes entre os homens na sociedade. (ALVES, 2005).

Seção 2

Meio ambiente e dinâmicas socioambientais

As preocupações da humanidade com as questões ecológicas estão cada vez mais presentes na ordem do dia, por remeterem à possibilidade ou não da reprodução da vida ou, pelo menos, até quando isso será possível. Nesse contexto, insere-se a questão da presença do ser humano interferindo na natureza de modo não sustentável, bem como a questão do desequilíbrio pelo crescimento populacional descontrolado.

Até meados da década de 1950, o uso da palavra natureza era corriqueiro entre os cientistas sociais para descrever os processos relacionados às práticas comuns de interação entre os indivíduos de uma determinada sociedade. Posteriormente, abriu-se espaço para um novo termo: o meio ambiente. As definições sugerem que ele representa as condições externas ou o entorno das pessoas, especialmente do lugar onde vivem ou trabalham. Giddens (2012) acredita que o ambiente significa todos os meios naturais e não humanos onde existem seres humanos, às vezes chamados de “ambiente natural”, e, em seu sentido mais amplo, é simplesmente o planeta Terra como um todo.

2.1 A crise ecológica

2.1.1 Crescimento da população

A problemática que envolve o crescimento da população está relacionada com o consumo humano e, também, com a utilização dos recursos naturais. A população mundial levou 10 mil anos para chegar a 1 bilhão de pessoas. No século XIX, dobrou para 2 bilhões. No século XX, esse número triplicou para 6 bilhões. Isso permite entender as preocupações dos cientistas com relação ao

que poderá acontecer no século XXI. Se os padrões recentes mantiverem-se, podemos chegar ao final deste século a uma situação insustentável.

A demografia ocupa-se em medir o tamanho das populações e explicar o seu aumento ou diminuição. Para isso, leva em conta, basicamente, nascimentos, mortes e migrações. Normalmente, a demografia é considerada como um ramo da Sociologia ou Antropologia Social. Os estudos demográficos utilizam-se de métodos estatísticos e, mesmo nos países industrializados, os resultados não são muito precisos, devido à dificuldade de se obterem senso que consigam registrar todas as pessoas que vivem numa determinada sociedade. Os sem-teto, os imigrantes ilegais, os moradores temporários ou, ainda, aqueles de difícil acesso, por exemplo, geralmente não estão incluídos nos censos.

Os índices de crescimento ou de redução populacional são medidos subtraindo-se o número de mortes a cada mil habitantes, num determinado período, do número de nascimentos a cada mil habitantes. Alguns países europeus possuem índices de crescimento negativos, isto é, suas populações estão diminuindo.

A maioria dos países industrializados apresenta índices de crescimento inferiores a 0,5%, enquanto os menos desenvolvidos estão entre 2 e 3%. Um crescimento populacional de 1% fará com que os números sejam duplicados em 70 anos. Se o crescimento estiver em 2%, a população duplicará em 35 anos e, se estiver em 3%, duplicará em 23 anos. (GIDDENS, 2005).

Na maioria dos países menos desenvolvidos, houve a introdução rápida da medicina moderna e dos métodos de higiene, o que causou uma queda brusca na mortalidade. Como as taxas de natalidade continuam altas, isso produziu uma estrutura etária nos países menos desenvolvidos muito diferente daquela dos países industrializados. Na cidade do México, por exemplo, 45% da população tinha menos de 15 anos no ano de 2005, enquanto nos países industrializados menos de 25% pertencia a esse grupo. (GIDDENS, 2005).

O que explica esse desequilíbrio da distribuição etária nos países em desenvolvimento aumenta ainda mais as dificuldades sociais e econômicas desses países. Em uma sociedade, as crianças consomem um alto nível de recursos em termos de saúde e de educação numa época em que elas mesmas ainda não são economicamente produtivas.

Alguns países que na atualidade são considerados os alavancadores do crescimento da economia mundial (China, por exemplo) registraram um declínio nos níveis de fertilidade. A China, responsável por quase um quarto da população mundial, estabeleceu os programas de controle populacional mais abrangentes já empreendidos por qualquer país, com o objetivo de estabilizar os números nacionais, mantendo-se bem próximos do nível atual. O governo instituiu

incentivos (como habitações de melhor qualidade, educação e serviços de saúde gratuitos) para promover a composição de famílias que tenham um único filho, enquanto que os com mais de um filho enfrentam privações.

Projeta-se um crescimento acelerado das cidades nos países em desenvolvimento durante o século XXI, o que produzirá mudanças na economia, no mercado de trabalho, um aumento da criminalidade, dos assentamentos de posseiros empobrecidos, novos riscos na saúde pública, sobrecarga na infraestrutura de absorção do impacto. A fome e a falta de alimentos são outra preocupação grave. Relatos da Organização das Nações Unidas (ONU) informam que já existem 830 milhões de pessoas no mundo sofrendo com a fome ou subnutrição. (GIDDENS, 2012).

Em algumas regiões (África Sub-Saariana), mais de um terço da população é subnutrida, o que acarretará um aumento nos níveis de produção alimentícia a fim de evitar uma escassez generalizada. No entanto, essa é uma conjuntura improvável, pois grande parte das áreas mais pobres do mundo é particularmente afetada pela falta de água, pelo encolhimento da terra cultivada e pela degradação do solo, processos esses que, ao invés de expandir, reduzem a produtividade agrícola.

É quase certo que a produção de alimentos não chegará a um nível capaz de garantir a autossuficiência. Uma grande quantidade de alimentos e de grãos precisará ser importada de regiões onde haja excedentes. Segundo a Organização de Agricultura e Alimentação (FAO), até 2010, os países industrializados estarão produzindo 732 quilos de grãos por pessoa, comparados a apenas 230 quilos *per capita* no mundo em desenvolvimento. (GIDDENS, 2005).

2.1.2 Riscos e impactos do desenvolvimento moderno sobre o meio ambiente

Há milhares de anos, desde o início da prática da agricultura, os seres humanos deixaram sua marca na natureza. Para plantar é preciso limpar a terra, cortar as árvores e cuidar para que as ervas daninhas não invadam a lavoura. Mesmo os métodos primitivos podem levar à erosão do solo.

Tudo começa com a destruição das florestas que, ao serem desmatadas, acabam destruindo também os rios e lagos e, consequentemente, extinguindo várias espécies de plantas e animais. Por causa do desmatamento, a Mata Atlântica foi extremamente reduzida e tornou-se uma das florestas mais ameaçadas do globo. E por causa dele estamos perdendo aos poucos também a Floresta Amazônica, que é um dos bens mais preciosos do Brasil e do mundo todo.

No Brasil, os principais fatores que contribuem para o desmatamento são: as madeireiras, o cultivo de soja e a pecuária. Tais fatores fazem com que os estragos na Floresta Amazônica entre outras florestas e matas sejam cada vez

maiores. Com o desmatamento, reduzimos a capacidade que o meio ambiente tem de absorver a grande quantidade do dióxido de carbono, gás que contribui para o efeito estufa, agravando assim o problema do aquecimento global.

Com a evolução industrial moderna, o ataque humano ao meio ambiente natural passou a ser tão intenso que praticamente não há processo natural (terra, água e ar) que não tenha sofrido interferência do homem. Com a indústria moderna, houve uma demanda muito maior de matéria-prima e fontes energéticas; porém, esses são recursos limitados e alguns deles certamente se esgotarão caso não haja uma limitação global.

Figura 1.4: Floresta desmatada para cultivos agrícolas e a comercialização da madeira



Fonte: Fatos e Fotos, 2012.

As questões ambientais dizem respeito não apenas ao melhor caminho para enfrentar e controlar os danos ambientais e desastres industriais frequentes, mas também aos modos de vida dentro das sociedades industrializadas. Se o objetivo do crescimento econômico e contínuo deve ser abandonado, é provável que novas instituições sociais abram caminho. O processo de desenvolvimento tecnológico é imprevisível, e pode ser que a Terra, de fato, venha a produzir recursos suficientes para os processos de industrialização.

Na atualidade, essa situação não parece possível, e se os países em desenvolvimento chegarem a alcançar padrões de vida comparáveis àqueles desfrutados pelo Ocidente, haverá a necessidade de novos ajustes globais relativos a como vivemos no nosso cotidiano, como lidamos com o lixo, com o consumo da água e com o consumo de energia.

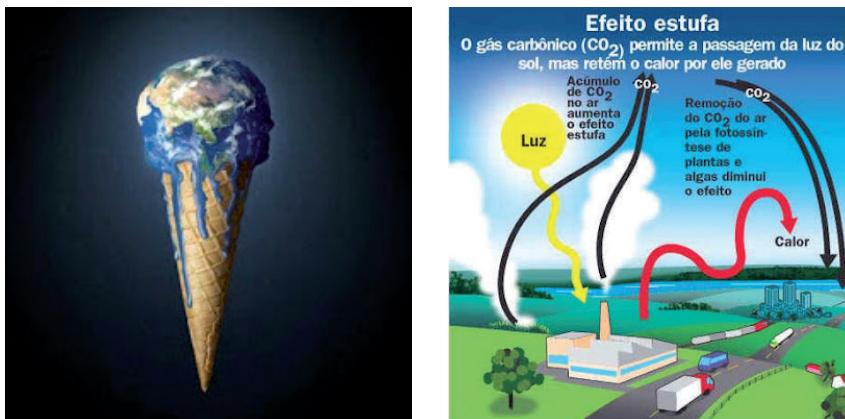
2.1.3 Aquecimento global

Nessa linha de questionamentos, aparece um assunto que tem sido muito discutido nos últimos tempos: o aquecimento global, evento causador das mudanças climáticas que vêm ocorrendo na Terra. O principal fator responsável por sua ocorrência é o **efeito estufa**. Este é gerado através do acúmulo de gases

poluentes na atmosfera, entre eles dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e monóxido de carbono, os quais são liberados no ar através da queima de combustíveis fósseis, como a gasolina e o diesel, queima de florestas, emissão de gás carbônico pelas fábricas e a criação em massa de bovinos, que produzem e eliminam gás metano em suas fezes. Outro fator que também é responsável pela liberação intensa de gás metano é a maior produção de lixo e esgotos nos centros urbanos e que nos países em desenvolvimento carecem de um tratamento mais adequado.

Diferentemente do que muitos pensam, o efeito estufa é um fenômeno natural em que uma parte da radiação solar que chega a Terra acaba sendo refletida pelas nuvens e pela superfície terrestre enquanto outra é absorvida. Dessa energia absorvida, uma parte é irradiada na forma de calor para a atmosfera. Isso acontece, pois as nuvens e certos gases atmosféricos, como o vapor de água, dióxido de carbono, metano e dióxido de nitrogênio reirradiam esse calor de volta para a superfície terrestre, aquecendo-a. Esse fenômeno é muito importante, pois através dele a temperatura do planeta mantém-se compatível com os seres vivos que nele habitam.

Figura 1.5: Derretimento das calotas polares e o funcionamento do efeito estufa



Fonte: Aquecimento, 2012.

O problema acontece quando esse efeito intensifica-se, aumentando a temperatura além do normal, pelos motivos acima descritos. Vemos todos os dias as consequências da intensificação do efeito estufa, como o aumento do nível dos oceanos, que ocorre devido ao derretimento das calotas polares, o que faz o volume das águas aumentar, podendo causar a submersão de muitas cidades litorâneas (vemos isso com o aumento dos casos de tsunamis).

Outra consequência é o crescimento e surgimento de desertos, pois com o aumento da temperatura muitas espécies de animais e vegetais que não são

adaptados a essa mudança acabam morrendo, causando o desequilíbrio de vários ecossistemas.

Outro fator é o desmatamento descontrolado de florestas que também contribui para isso, especialmente de países tropicais, como o Brasil e alguns países africanos.

Também tem ocorrido o aumento de furacões, tufões e ciclones, pois o aumento da temperatura faz com que as águas dos oceanos evaporem-se mais rapidamente, contribuindo para a intensificação desses tipos de catástrofes climáticas. As ondas de calor estão ficando cada vez mais intensas, ocorrendo em lugares onde a temperatura é mais amena, como a Europa, a qual tem sido castigada por ondas de calor de até 40°. Essa mudança abrupta pode provocar a morte de idosos e crianças que são mais vulneráveis a essas mudanças.

O processo de desenvolvimento tecnológico é imprevisível, e pode ser que a Terra, de fato, venha a produzir recursos suficientes para os processos de industrialização. Por enquanto, esta situação não parece possível.

Tem aumentado muito o número de pessoas que se preocupam com o impacto nocivo dos seres humanos sobre o meio ambiente natural, e que se manifestam publicamente através de movimentos, partidos, e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Embora as percepções, as ideias, as filosofias assumam tendências variadas, há uma linha comum, que é a de agir na proteção do meio ambiente do planeta, conservar e proteger as espécies naturais.

Vários relatórios recentes de órgãos ligados à ONU apontam em uma mesma direção: os índices de crescimento industrial não são compatíveis com a natureza finita dos recursos terrestres e com a capacidade do planeta suportar o crescimento populacional e absorver a poluição.

Evidentemente, pode haver uma reação dos seres humanos, com o uso dos meios tecnológicos e políticos, aos desafios ecológicos. Experiências no mercado mostram que, caso haja um esgotamento de um minério, o preço do mesmo tende a subir muito; logo, o consumo do mesmo cairá, e pesquisas buscarão tecnologias ou materiais substitutos alternativos.

Estabelecer limites para o desenvolvimento econômico e tecnológico é uma questão complicada, pois os países menos desenvolvidos têm como meta atingir os níveis dos países desenvolvidos. Foi por isso que surgiu a noção de **desenvolvimento sustentável**, que significa que o crescimento deve ser conduzido de forma a permitir a reciclagem dos recursos físicos e a manutenção de níveis mínimos de poluição.

O desenvolvimento econômico pode e deve ser promovido, pois é por meio dele que se ampliará a riqueza mundial. Os países menos desenvolvidos

nunca poderão esperar alcançar os mais ricos se os seus próprios processos de crescimento industrial forem, de alguma forma, obstruídos. Desenvolvimento sustentável refere-se ao uso de recursos renováveis para promover o desenvolvimento econômico, a proteção das espécies animais e da biodiversidade e o compromisso com a pureza do ar, da água e da terra.



Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade das próximas gerações atenderem às suas. Os críticos consideram a noção de desenvolvimento sustentável muito vaga e omissa em relação às necessidades específicas dos países pobres. Por exemplo: o que você pensa a respeito de a comunidade internacional determinar que a floresta amazônica passe a ser patrimônio da humanidade e que o Brasil não possa derrubar mais nenhuma árvore? O mundo contemporâneo enfrenta diversas ameaças ambientais que, como essa, também são globais. Elas podem ser divididas em duas classes básicas: a poluição e os resíduos lançados no meio ambiente; e o esgotamento dos recursos renováveis.

2.2 O impacto do consumismo

Para Giddens (2005), o consumo refere-se às mercadorias, aos serviços, à energia e aos recursos que são esgotados pelas pessoas, instituições e sociedades. Esse fenômeno apresenta tanto dimensões positivas quanto negativas. Por um lado, níveis crescentes de consumo em todo o mundo significam que as pessoas estão vivendo em melhores condições do que no passado, pois associa-se consumo ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, o consumo também pode trazer impactos negativos, pois estes podem causar danos à base de recursos ambientais e exacerbar os padrões de desigualdade.

Os atuais padrões de consumo não são apenas extremamente desiguais, mas também estão produzindo um impacto severo sobre o meio ambiente. O consumo de água doce dobrou, a queima de combustíveis fósseis quintuplicou durante os últimos 50 anos, enquanto que o consumo de madeira subiu mais de 40% em relação a 25 anos atrás (GIDDENS, 2005). Os padrões de consumo não estão apenas esgotando os elementos naturais existentes, como também estão contribuindo para sua degradação através dos resíduos e das emissões de substâncias nocivas.

Os impactos mais violentos dos danos ambientais causados pelo aumento do consumo recaem sobre os pobres, apesar de os ricos serem os principais consumidores mundiais. Os ricos estão em melhores condições para desfrutar dos diversos benefícios do consumo sem terem que lidar com seus efeitos

negativos. Em nível local, os grupos abastados geralmente têm dinheiro para abandonar áreas difíceis, deixando a maior parte dos custos para os pobres. Usinas químicas, estações de energia elétrica, grandes estradas, ferrovias e aeroportos, em geral, situam-se próximo a áreas de baixa renda.

A distribuição dos riscos relacionados com o meio ambiente também varia como outros tipos de questões ambientais. Por exemplo, embora o aquecimento global (aumento na temperatura média ao redor do mundo) afete todas as pessoas do planeta, isso ocorrerá de maneiras diferentes. As inundações matam muito mais pessoas em países pobres e baixos, como Bangladesh, onde as infraestruturas de habitação e emergência são menos capazes de lidar com o clima severo do que na Europa, por exemplo. Em países mais ricos, como os Estados Unidos, as questões que o aquecimento global levanta para os legisladores provavelmente estarão ligadas a efeitos indiretos, como níveis maiores de imigração, à medida que pessoas de áreas afetadas mais diretamente tentam entrar no país.

Para De Luca Garate (2000), o principal caráter da nossa sociedade globalizada é a separação entre o produtor e o consumidor, entre a produção e o consumo em massa, com consequências, pelo uso e abuso, do nosso meio ambiente. Para este autor, o consumo está relacionado às necessidades pessoais e coletivas que requerem ser satisfeitas para o desenvolvimento do ser humano. Por outro lado, o conceito de consumismo está relacionado a uma imposição e determinação de um sistema de produção material e espiritual, o qual está mediatizado pelos meios de comunicação social, produzindo uma forma de vida que exige que o ser humano tenha que se inserir ou ficar à margem.

O consumo é intrínseco ao ser humano, o que não acontece com o consumismo, que é uma criação social e cultural de um determinado sistema de produção, distribuição e, sobretudo, de valores. Os mentores desta sociedade remontam aos séculos XVIII e XIX, de alto consumo em massa, que têm suas origens em clássicos da Economia, como Smith e Bentham. Para Smith, o homem é movido pelo interesse pessoal, enquanto que Bentham concebeu o homem como se ponderasse os prazeres e as dores, de forma que este obtenha sempre o máximo prazer com o mínimo sofrimento.

No Brasil, com a ditadura militar, implantou-se um desenvolvimento desenfreado sem se considerar o custo social ou a devastação do meio ambiente, transferindo as consequências para as futuras gerações. O planeta, em seu conjunto, não possui os recursos suficientes para que todos os seus habitantes vivam como os habitantes dos países do primeiro mundo. Esse desenvolvimento ocidental não pode ser reproduzido em grande escala no conjunto dos demais países. Apesar da mudança de paradigma teórico institucional, o modelo atual de desenvolvimento continua sendo dominado pelo mesmo objetivo: atender ao consumismo das sociedades.

Se considerarmos a evolução da humanidade, as sociedades primitivas passam a uma sociedade de produção, distribuição e alto consumo, através de etapas de incremento do consumo de energia, para satisfazer os desejos de toda a sociedade. Dessa forma, existe um poder dentro de todos nós e, quanto mais praticarmos essa capacidade reflexiva, a cidadania pode transformar indivíduos atomizados pela mão invisível do mercado em seres mais hábeis, com capacidade de novos valores, os quais darão outro sentido à sua vida e às futuras gerações. Para De Luca (2000), essa capacidade crítica reflexiva é uma semente que não se vê, mas que vem crescendo e expandindo-se rapidamente, em particular nas novas gerações, que irão herdar dívidas sociais, econômicas e ecológicas da sociedade do presente.

Em decorrência de um processo de exploração da natureza e de industrialização descontrolado, produziu-se um estado de coisas que forçam o ser humano a se colocar frente a questões globais nunca colocadas antes, como:

- até quando podemos ter ar em condições para satisfazer a nossa necessidade de respiração?
- até quando teremos água potável em condições de ser consumida?
- até quando teremos recursos energéticos e matéria-prima natural para atender às nossas necessidades?
- até quando poderemos conviver com o aquecimento global, com as suas consequências de aumento dos níveis dos mares, desertificação, disseminação de doenças, diminuição das colheitas, variação aguda nos padrões climáticos?

A maioria das questões ambientais está intimamente relacionada com o risco, pois são resultados da expansão da ciência e da tecnologia. O aquecimento global refere-se ao aumento gradual da temperatura terrestre, provocado pelo aumento dos níveis de gás carbônico e de outros gases na atmosfera, devido à queima de produtos fósseis como petróleo e carvão.

As consequências potenciais podem ser severas e incluem enchentes, disseminação de doenças, condições climáticas extremas e aumento dos níveis dos mares. O aquecimento global – a temperatura média da Terra aumentou 0,6 graus centígrados nos últimos 30 anos – oferece riscos potenciais a toda a espécie humana.

Ao fazer parte do meio ambiente, é necessário que tenhamos clareza em relação a pontos essenciais sobre os quais podemos agir em caso de necessidades. Nesse sentido, a contribuição dessa área do conhecimento é ajudar a entender como os problemas ambientais distribuem-se, narrar como os padrões de

comportamento humano (o consumismo, por exemplo) exercem pressão sobre o ambiente natural e como podem nos ajudar a avaliar políticas e propostas (renunciar ao consumismo, por exemplo), visando proporcionar soluções para problemas ambientais. Para as novas gerações salvar o meio ambiente global significará mudanças sociais radicais, além de mudanças tecnológicas.

Todavia, devido às enormes desigualdades globais que existem atualmente, há pouca chance de que os países pobres do mundo em desenvolvimento sacrificuem o seu crescimento econômico por causa dos problemas ambientais criados principalmente pelos países ricos. Alguns governos nos países em desenvolvimento argumentam que, em relação ao aquecimento global, não existe paralelo entre as “emissões de luxo” produzidas no mundo desenvolvido e suas próprias “emissões de sobrevivência”.

Capítulo 2

Economia e política internacional

Rogério Santos da Costa

Seção 1

O Sistema Internacional e os processos de integração regional

A economia e a política internacional possuem conformações sociais e organizacionais reconhecidas pela literatura e pela crítica em relações internacionais no mundo. Do ponto de vista da arquitetura de atores, eles conformam o que se convencionou chamar de Sistema Internacional, congregando Estados, Organizações Internacionais Governamentais e não governamentais e empresas.

Pelo lado do Sistema Internacional, a ideia de ordem internacional está diretamente atrelada à capacidade do sistema em forjar uma hegemonia e, a partir desta, certa estabilidade. É o que veremos nesta seção. Do lado das organizações internacionais, existem visões que as colocam como auxiliadoras na estabilidade do sistema, ou como em projeção acima dos Estados, ou ainda um simples apêndice destes, como estudaremos na segunda seção deste capítulo.

1.1 O Sistema Internacional e os ciclos hegemônicos e econômicos

Um sistema internacional é semelhante à ideia de sistema, em evidência nas ciências sociais desde a década de sessenta. Um sistema é uma interação de atores e processos em torno de interesses, objetivos ou funções, cuja representação mais comum é a observação de como ocorrem demandas e ofertas desses interesses, objetivos e funções.

O corpo humano pode ser visto como um sistema, em que cada órgão tem uma função, necessidades ou demandas e cuja ação resulta em ofertas para o sistema que, por sua vez, são necessidades ou demandas de outros órgãos. O sistema respiratório é demandante de oxigênio, que é capitado pelas vias respiratórias e enviado para o pulmão, que retira os componentes de que precisa e os envia para o restante do corpo, como o coração, que, por sua vez, distribui a todo o corpo os elementos demandantes de suas diferentes partes, como o próprio sistema respiratório, e assim todo o sistema completa-se.

O Sistema Internacional tem as características de sistemas como um todo, mas possui especificidades que se diferenciam de muitos outros sistemas, incluindo o Sistema Nacional, onde ocorrem as relações sociais de determinado povo. O próprio corpo humano tem um diferencial importante, pois enquanto este é analisado como sistema pelas ciências naturais, o sistema internacional é estudado a partir das ciências humanas e sociais. Dessa forma, existem diferentes opções e pontos de partida para analisar e entender o Sistema Internacional e, nesse sentido, também há reflexos no pensar os impactos deste sistema na vida de cada um de nós, o que remete o leitor a estar atento e com olhar crítico sobre a presente exposição. Vamos verificar a formação e o desenvolvimento do sistema internacional e finalizar este item com as suas principais características.

Historicamente, situamos a formação do Sistema Internacional a partir das grandes navegações e a ocupação do continente americano. Nessa situação, todos os continentes do globo terrestre estavam sob os olhos, interesses e ações dos diferentes atores que o compunham. Esses atores eram atores em transição, pois se estava passando do modo de produção feudalista para o capitalista, ou seja, poderes feudais e reinos absolutos que aos poucos foram transformando-se em Estados Nacionais.

A ideia de Estado Nacional, ou Estado Nação, fica bastante fortalecida com a Paz de Westphalia, datada de 1648, que foi resultante de uma série de tratados instituídos pelos poderes envolvidos na Guerra dos Trinta anos na Europa. A Paz de Westphalia representou uma ação política entre os poderes instituídos na Europa pelo reconhecimento mútuo da existência de poder sobre um território e um povo, bem como da sua soberania.

Soberania, este conhecido conceito foi o pilar onde se instalaram demandas e ofertas entre estes atores soberanos, formando um Sistema de Nações, ou de Estados-Nação, e a relação destas diferentes soberanias nacionais resulta num sistema entre-nações ou sistema internacional.



Em suma, o Sistema Internacional forma-se com as grandes navegações e toma a feição atual de sistema de Estados-Nação pós Westphalia, com a noção e reconhecimento de soberania como ponto fundamental.

A partir dessa formação temos o desenvolvimento das diversas etapas da história das Relações Internacionais e das relações entre Estados-Nação, em que principalmente o comércio, a economia e as guerras vão delimitando os diferentes tipos de ordem, ou seja, a forma como esses poderes convivem e tentam manter-se em estabilidade. Como nos sistemas nacionais, no internacional temos a formação de relações políticas, a política internacional, que se reveste de configurações de hegemonia, alianças, integração e desintegração. Os poderes, os Estados-Nação, na busca da manutenção de suas capacidades, fazem do Sistema Internacional o *locus* de suas políticas externas, que buscam oportunidades pela relação com outros Estados.



São exemplos empíricos do Sistema Internacional em movimento: as guerras napoleônicas, no início do século XIX, a I e a II Guerras Mundiais, a Guerra Fria e as modernas guerras contra o Afeganistão e o Iraque. Em cada situação de guerra, interesses e objetivos de posicionamento no Sistema Internacional são levados em consideração pelos atores, os Estados-Nação. Em geral, essas situações de conflitos estão relacionadas a lutas por poder e hegemonia no Sistema Internacional por parte dos Estados, significando transições de hegemonias em crise para outras situações hegêmônicas.

Nesse desenvolvimento do Sistema Internacional é possível verificar ordens bipolares, como a existente após as guerras napoleônicas e durante a Guerra Fria; ordens multipolares, como a verificada ao final do século XIX e início do século XX; e ainda ordens com unipolaridades ou polaridades indefinidas, como a situação verificada no atual estágio do Sistema Internacional Pós-Guerra Fria. Atualmente se vislumbram, além desses possíveis cenários, outro cenário de multipolaridade em blocos, que será descrito ao final deste capítulo.

No campo comercial ou econômico, tem-se o mesmo componente de ciclo que é verificável no caso das guerras. Os dois fenômenos, o comercial/econômico e o de conflitos no Sistema Internacional possuem relação indivisível, sendo sua diferenciação uma necessidade metodológica. Da mesma forma, estes dois fenômenos têm implicações na vida dos seres humanos em sociedades nacionais direta e indiretamente, sendo responsável, dessa forma, pelos rumos de uma nação ou de um conjunto delas.

Os ciclos na economia acontecem com cerca de cinquenta anos, sendo compostos de períodos de expansão, de decréscimo, estagnação e depressão. Desses ciclos também ocorrem deslocamentos dos centros hegemônicos de um Estado ou um grupo de Estados para outro, compondo os elementos definidores da ordem no Sistema Internacional.

Ao descrever a atual fase dos ciclos da economia capitalista, Wallerstein aponta suas características.

O período entre 1945 e os dias de hoje é o período típico de um ciclo de Kondratieff da economia-mundo capitalista que tem, como sempre, duas fases: uma fase A, ou curva ascendente de expansão econômica, que neste caso ocorreu de 1945 a 1967-73, e uma fase B, ou curva descendente de contração econômica, que existe desde 1967-1973 até nossos dias e que provavelmente continuará por vários anos. O período de 1450 até hoje, em contraste, assinala o ciclo de vida da economia-mundo capitalista, que teve o seu período de gênese, o seu período de normal desenvolvimento e agora entrou em um período de crise terminal. (WALLERSTEIN, 2004, p. 54).

O sistema capitalista registra seus ciclos com um padrão de ocorrência de revoluções industriais e/ou revoluções tecnocientíficas. A cada revolução, é perceptível a emergência de um Estado ou de um grupo de Estados que a lideram ou são berço delas.

Na história do capitalismo ocorreram três revoluções industriais. A primeira é a originária na Inglaterra do século XVIII e XIX, maturando plenamente entre 1820 e 1830 e tornando este país berço o centro hegemônico do capitalismo de então. (CANO, 1995).

Uma conjunção muito específica de fatores levou a Inglaterra a ser o berço do capitalismo em sua forma madura e o primeiro país a industrializar-se. Esses fatores foram de ordem geográfica, econômica, política, social e cultural. A posição geográfica insular do país ajudou-o a preservar-se da devastação de guerras, pois mesmo quando esteve envolvida em alguma batalha, a luta se deu em território de outros Estados. Os recursos naturais encontrados na Grã-Bretanha também foram essenciais para que a industrialização avançasse. Havia, em solo inglês, grandes jazidas de carvão (fonte primária de energia para as fábricas) e de ferro (matéria-prima essencial para a produção de bens industriais). (VIZENTINI; PEREIRA, 2008, p. 19).

A segunda revolução industrial ocorre com o esgotamento da primeira e estende-se desde o final do século XIX, passando pela primeira Guerra Mundial e se concretizando com a multiplicação do fordismo e do taylorismo como técnicas de produção, o que significou a passagem da hegemonia da Inglaterra para os Estados Unidos da América (EUA).

A terceira revolução industrial começa a emergir da crise do modelo de produção e consumo em massa do fordismo como um modelo de desenvolvimento, e coloca, num primeiro momento, Japão e Alemanha na sua dianteira, depois acompanhados pelos EUA e demais países centrais e semiperiféricos.

As revoluções industriais e científico-tecnológicas redefinem a divisão internacional do trabalho, a competitividade intercapitalista e, no caso da sua última ocorrência, da aceleração do processo de globalização.

A nova divisão internacional do trabalho, a par de suas especificidades intrínsecas, constitui, sobretudo, uma manifestação da crescente concorrência internacional que caracteriza o processo de reestruturação econômica capitalista. Para as nações de desenvolvimento maduro, retomar o crescimento implica competir e vencer o rival. Assim, a competitividade passa a ser o motor da globalização, tal como, no início do século XX, o fora a noção de progresso, e, após a II Guerra Mundial, a de desenvolvimento. Maior competitividade significa alcançar maior produtividade, o que, por sua vez, é obtido incrementando-se o emprego de tecnologia e reduzindo os custos de matéria-prima e mão-de-obra. Assim, configura-se a Revolução Científico-Tecnológica (RCT), fenômeno que se torna um instrumento primordial da globalização. (VIZENTINI, 1999, pp. 22-23).

Dos ciclos originados pela ocorrência das revoluções industriais também ocorrem deslocamentos dos centros hegemônicos de um ou um grupo de Estados para outro, compondo os elementos definidores da ordem no sistema internacional. Esse movimento diferencia-se de seu anterior verificado historicamente, conforme explica Vizentini:

No século XV o mundo ainda era dividido em pólos regionais autônomos, quase sem contatos entre si. Entre eles podemos mencionar os Astecas, os Maias, os Incas, a cristandade da Europa Ocidental, o mundo árabe-islâmico, a Pérsia, a China, o Japão, a Índia e impérios da África Negra, como Zimbábue. Seguramente o pólo mais desenvolvido, na época, era a China. E é importante notar que, antes do surgimento do capitalismo, as crises econômicas, que produzem ondas de instabilidade

e novas relações e acomodações, não possuíam qualquer regularidade. Além disso, eram crises de escassez, e não de superprodução, como passou a ocorrer desde o século XV no sistema capitalista. (VIZENTINI, 1999, PP. 22-23).

Do século XV ao XVIII, ocorre a formação do sistema mundial sob impulso do capitalismo na Europa.

As monarquias dinásticas do nascente capitalismo, os reinos europeus iniciam a expansão comercial. As monarquias dinásticas, legitimadas como atores principais das relações internacionais pela Paz de Westfália (1648) e apoiadas no capitalismo comercial, protagonizaram a estruturação de um sistema mundial liderado sucessivamente por Portugal, Espanha, Holanda e França. A sucessão de cada uma delas pela seguinte era acompanhada por uma expansão e aprofundamento do sistema. (VIZENTINI, 1999, pp. 9-10).

A partir do século XVIII é que se formam estruturas hegemônicas sob a condição de liderança de uma potência, quase sempre coincidente com sua posição no desenvolvimento do capitalismo mundial. Assim, Vizentini e Wiesebron (2006) apontam para um ciclo de ordem e hegemonia no sistema mundial, que tem uma Pax Britânica de 1776 até 1890, dali a um período de crise hegemônica e guerras que se estendem até a II Guerra mundial. A partir desta guerra, inicia-se a Pax Americana, numa ordem bipolar até o final da década de oitenta, início da década de noventa, quando se tem, então, o período de indefinições entre unipolaridade ou multipolaridades como ordenamento principal no sistema internacional.

Segundo Wallerstein, o capitalismo sempre foi um sistema social-histórico que, ao se constituir, expande-se e se torna predominante nas relações de produção da existência humana.

O capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real. Podemos tentar captá-la por meio de um conjunto de afirmações abstratas, mas seria tolo usá-las para avaliar e classificar a realidade. Por isso, tentarei descrever o que o capitalismo tem sido na prática, como tem funcionado como sistema, por que se desenvolveu das maneiras como se desenvolveu e qual é seu rumo atual. (WALLERSTEIN, 2001, p. 13).

Na perspectiva do capitalismo histórico, Wallerstein desenvolveu sua análise do sistema capitalista como formador de uma economia-mundo, caracterizada por centros de poder, os Estados, que disputam posições hegemônicas no sistema.

Nesse sentido, a base do sistema é o capitalismo como modo de produção, sendo os Estados nacionais a expressão de específicas formações sociais dentro do capitalismo. Cada Estado é uma formação social específica que, por sua vez, representa um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, da economia e de suas determinadas superestruturas, como leis e instituições.

Ao expressar a importância do materialismo histórico para as relações internacionais, Halliday resume esta perspectiva indicada por Wallerstein:

Os conceitos gerais de “modo de produção” e de “formação social” vinculam a análise de qualquer atividade humana ao contexto socioeconômico e não a partir da sua abstração. Não existe, portanto, nenhum Estado, nenhuma crença, nenhum conflito, nenhum poder em geral independente deste contexto. Por extensão, não existe nenhum “sistema internacional” ou qualquer componente de sua atividade, seja a guerra ou a diplomacia, que possa ser abstraído do modo de produção. Na verdade, as relações internacionais são o estudo das relações entre as formações sociais e não das relações entre os Estados. A partir do momento em que se aplica esta percepção às questões do internacional, uma clara mudança de foco é visível. Assim, o Estado não é mais percebido como uma corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas sim como locus dos interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconómica. (HALLIDAY, 1999, p.74).

Quando se observa a formação dos países com diferentes graus de desenvolvimento capitalista, percebem-se diferentes formações sociais, que possuem inserção diferente no capitalismo histórico. Nesse contexto, Inglaterra é o berço do capitalismo e Brasil é um país de economia capitalista não atrasada, mas tardia em relação ao centro do sistema.

Neste sentido,

A história do sistema também é vista com outros olhos: o sistema interestatal moderno emergiu em um contexto de disseminação global do capitalismo e da subjugação das sociedades pré-capitalistas. Simultaneamente, este sistema socioeconômico sustentou o caráter individual dos Estados e as suas relações: nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais por ele geradas e ao sistema mundial. (HALLIDAY, 1999, p.75).

A Economia-mundo capitalista produz e tende a reproduzir relações centro-periferia, além de forjar uma semiperiferia. Esta semiperiferia teria um papel fundamental na estabilização do sistema, ao mesmo tempo em que seria a mediadora das

contradições entre o centro e a periferia. Estaria, desta forma, na iminência de alcançar o grau de desenvolvimento do centro, sendo, muitas vezes, vista pela periferia como um produto do centro, ou um subimperialismo.

Na condição de semiperiferia está o Brasil, cujas condições de alcance do status de potência permeiam sua histórica ação internacional. O país entrou tardivamente no sistema capitalista e nas revoluções industriais e dessa perspectiva é que pensa sua posição e busca alcançar seus objetivos de desenvolvimento. É com base nessa posição que a política externa atua no âmbito internacional, e usa, entre outras estratégias, os processos de integração.

Outra característica importante do sistema internacional já citada anteriormente é a convivência entre Estados. A ideia de Estado Nacional, ou Estado-Nação, fica bastante fortalecida com a Paz de Westfália, datada de 1648. O evento em si não é reconhecido como um marco divisório entre a existência ou não de um sistema internacional, que, como apontado, forma-se a partir das grandes navegações e da conformação do capitalismo. Mas Westfália tem uma significativa importância para o próprio sistema capitalista que, segundo Arrighi (1996), criou as condições de materialização das suas potencialidades, entre elas a liberalização do fluxo de comércio exterior, tendo forjado um sistema mundial.

O sistema mundial de governo criado em Westfália teve também um objetivo social. À medida que os governantes legitimaram seus respectivos direitos absolutos de governo sobre territórios mutuamente excludentes, estabeleceu-se o princípio de que os civis não estavam comprometidos com as disputas entre os soberanos. A aplicação mais importante desse princípio deu-se no campo do comércio. Nos tratados que se seguiram ao Tratado de Vestfalia, inseriu-se uma cláusula que visava a restabelecer a liberdade de comércio, abolindo as barreiras comerciais que se haviam desenvolvido no curso da Guerra dos Trinta Anos. [...] Essa reorganização do espaço político a bem da acumulação do capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial. (ARRIGHI, 1996, pp. 45-46).

Alguns elementos são pouco controversos quanto às características do Sistema Internacional. Destaca-se que ele é formado por Estados que possuem poder sob seus respectivos território e povo, mas não existe um poder superior ou supranacional a este sistema de Estados que seja seu ordenador. Daí vem a ideia de que o Sistema Internacional é **anárquico**.¹

¹ É importante salientar que esta perspectiva de que o Sistema Internacional é anárquico, apesar de não muito controverso, não é unanimidade na literatura de Relações Internacionais, apenas representa uma parcela importante dela e serve aos propósitos de entendimento do lugar e desenvolvimento dos processos de integração.

No entanto, ser anárquico não significa a falta de ordem; ao contrário, como visto anteriormente. Não há nada além da força e da política que faça prevalecer a vontade de um Estado ou de um grupo de Estado sobre outro ou outros Estados, mesmo contra a vontade deste/s. Isso coloca uma problemática maior para o entendimento do papel e do alcance dos organismos internacionais na tentativa de regulação da economia e da política no âmbito internacional, como será visto. A relação entre os Estados é feita a partir do costume, dos acordos e tratados. Estes formam um Direito Internacional que, junto com as instituições internacionais, também criadas pelos Estados, possuem algumas prerrogativas que influenciam na ordem a partir de constrangimentos e incentivos à ação dos Estados. Além dos Estados, outros atores assumiram papel relevante no Sistema Internacional, como os organismos internacionais, as empresas transnacionais e as organizações internacionais de caráter internacional.

Assim, há uma perspectiva de se estar vivendo uma ordem multipolar em blocos, que vem sendo definida a partir do fim da Guerra Fria, dentro da qual os processos de integração regional ganham importância singular, dando relevância ao seu estudo e suas implicações para o Brasil e a América Latina e do Sul, em particular. Esta perspectiva será estudada no próximo item.

1.2 Processos de integração na dinâmica de um mundo fragmentado

Os processos de integração podem ser interpretados como fenômenos advindos de diversas origens e com específica periodicidade. Da mesma forma, podem-se colocar os processos de integração no rol dos movimentos de regionalismo nas relações internacionais. Na periodicidade é possível distinguir dois grandes períodos, antes e depois da Segunda Guerra mundial. Antes, o regionalismo foi marcado por processos de unificação e criação de Estados-Nação.

Pode-se apontar a unificação da Alemanha e da Itália no século XIX como fenômenos de integração, na medida em que unificaram poderes dispersos em contiguidade territorial. Fenômeno conferido em Magnoli, a unificação alemã foi um exemplo muito utilizado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil no governo Lula, Celso Amorim, para apontar que a integração, desde este tempo, significa um processo que tem como carro-chefe a área econômica, a partir da ideia de uma união aduaneira. É de se notar que, no caso da Alemanha, a unificação iniciou na economia, mas se concretizou de fato com o aparato militar de um dos poderes em integração.



É possível verificar, a partir da experiência histórica que tem marco no século XVI, que o movimento de regionalismo e de integração aparece como uma tentativa de dinamização comercial e econômica, tendo como pilares Zonas de Preferências Comerciais e União Aduaneira, conforme aponta Oliveira (2009).

A marcha para a unificação começou em 1834, com a criação do *Zollverein*, a união alfandegária dos Estados alemães, que tinha por eixo a Prússia e excluía a Áustria. Em 1862, a nomeação de Otto von Bismarck para chanceler da Prússia inaugurou a fase militar da unificação. Em aliança com a Áustria, a Prússia derrotou a Dinamarca na Guerra dos Ducados (1864). Em seguida, a Prússia empreendeu a guerra contra a Áustria (Guerra Austro-Prussiana de 1866) e constituiu a Confederação Germânica do Norte. Em 1870, eclodiu a Guerra Franco-Prussiana, pela qual Bismarck obrigou os Estados germânicos do sul a se colocarem sob sua proteção. (MAGNOLI, 2004).

Sobre as ondas de regionalismo no Pós-Segunda Guerra, é comum falar-se de duas grandes ondas: uma da década de 50 até a década de 70, e outra a partir da década de 80, principalmente do seu final, com impulso significativo após a dissolução da União Soviética, em 1989. É importante salientar que esse movimento de regionalismo toma a forma de acordos de comércio ou processos de integração, mas significa, em última instância, uma forma de inserção competitiva e de instrumentalização política no sistema internacional, que pode ser entendida pela simples definição de **bloco econômico**, ou, como definido por Vizentini, de **megablocos**. Esse fenômeno seria produzido pela própria aceleração da globalização, fortalecendo os processos de fragmentação e regionalização, as integrações reativas e ofensivas, liberalizantes e protecionistas, sendo a União Europeia um claro exemplo.

Neste contexto, a estruturação dos megablocos, isto é, dos processos de integração econômica supranacional em escala regional, longe de significar uma harmonização de interesses dentro de mercados abertos no plano mundial, representa em larga medida o contrário: a liberalização comercial entre os países integrantes de cada bloco é acompanhada pelo estabelecimento de um protecionismo ainda maior em relação ao resto do mundo. As consequências só não foram mais graves até agora porque as rivalidades ocorrem dentro de um sistema fortemente interdependente. (VIZENTINI; PEREIRA, 2008, p. 225).

No sentido de formação de blocos econômicos, pode-se classificar o fenômeno do regionalismo como uma acomodação advinda dos resultados das ondas longas de Mandel, similares aos já apontados ciclos de longa duração do sistema capitalista.

Mandel esboçou, no início da década de 1970, quando já existiam muitos indícios de início de um ciclo ou onda depressiva de longa duração, o que seriam as três grandes tendências para um reordenamento do sistema capitalista com a perda de fôlego do fordismo configurado como um modelo de desenvolvimento.

A primeira tendência é o modelo do superimperialismo, que se assemelha às ações dos EUA após o fim da Guerra Fria, que estão desestabilizando o sistema internacional e deslegitimando as instituições internacionais.

Nesse modelo um único poder imperialista exerce hegemonia tal que os outros poderes imperialistas perdem toda independência real e seu status de pequenos poderes semi-coloniais. A longo prazo, esse processo não pode apoiar-se apenas na supremacia militar do poder superimperialista – um predomínio que só poderia ser exercido pelo imperialismo norte-americano – mas deve voltar-se para a propriedade e o controle diretos das regiões produtivas e das concentrações de capital mais importantes, dos bancos e de outras instituições financeiras de outros lugares.
(MANDEL, 1985, p. 233).

A segunda é o modelo do ultraimperialismo, que resultaria num “Estado mundial” supranacional imperialista, ultrapassando a noção de Estados-Nação e a própria noção de Estado superimperialista, descritas anteriormente.

Nesse modelo a fusão internacional do capital foi tão longe que desaparecem todas as diferenças críticas entre os interesses econômicos dos proprietários de capital de diversas nacionalidades. Todos os capitalistas importantes espalharam a propriedade de seu capital, a produção e a realização de mais-valia, bem como a acumulação de capital (novos investimentos) de forma eqüitativa pelos vários países e pelas várias partes do mundo que se tornam completamente indiferentes à conjuntura particular, ao processo particular da luta de classes e às peculiaridades “nacionais” do desenvolvimento político de qualquer país. [...] É claro que o Estado imperialista não “definiria”; [...] Apenas este Estado não seria mais um Estado nacional imperialista, mas um “Estado mundial” supranacional imperialista. (MANDEL, 1985, p. 233-234).

A terceira é o modelo da concorrência interimperialista contínua. Esse modelo é o que mais desperta interesse neste capítulo, e aponta para uma competição entre blocos econômicos. Apesar de Mandel definir apenas três grandes blocos econômicos capitalistas, a tríade EUA, Japão e União Europeia, é possível vislumbrar outros grandes atores e blocos neste cenário, como a China, a Índia e a América do Sul em processo de integração.

Nesse modelo, embora a fusão internacional de capital tenha sido suficiente para substituir grande número de grandes forças imperialistas independentes por pequenos números de superpoteres imperialistas, a força contrária do desenvolvimento desigual do capital impede a formação de uma verdadeira comunidade global de interesses capitalistas. *A fusão de capital se dá em nível continental, mas desse modo a concorrência imperialista intercontinental intensifica-se muito mais.* (MANDEL, 1985, p. 234).

Mas os processos de integração possuem especificidades de interpretação importantes que devem ser vistas para além da ideia de competição intercapitalista. Entre as interpretações mais comuns sobre integração, ressalta-se aqui uma nova esfera de ação coletiva entre Estados-Nação visando à criação de melhores condições de inserção internacional dos membros. É esse um sentido importante a ser resgatado, pois indica, na linha de Mandel, mas ampliando para países potências médias como o Brasil, a noção de formação de blocos econômicos, que podem estar configurando um tipo de cenário predominante na atualidade, o de uma **multipolaridade em blocos**.

Nesse processo é que se insere a integração sul-americana. Vale salientar que a ideia de blocos regionais pode estar tanto associada a uma visão liberal, como a uma visão de forte presença do Estado. A identificação de uma ou outra desta característica vai distinguir o tipo de integração que está sendo feita, com reflexos nas suas instituições.

Uma diversa interpretação associada é de que os processos de integração são formas de abrir espaços de valorização do capital, ou seja, de lucro, cujos limites acabam ficando restritos com as barreiras impostas pelos Estados. A ideia de identidade regional e contiguidade geográfica é um componente essencial nos processos de integração, e o objetivo de conciliação entre povos historicamente rivais guarda também seu lugar de importância.

Dessa forma, tanto o regionalismo aberto, arquitetado a partir do **GATT/ OMC²** e dos acordos interblocos, quanto o regionalismo fechado, aquele com livre comércio regional com proteção externa via União Aduaneira (tarifa externa comum), possuem a vertente de atender às necessidades de expansão de empresas em busca de novos horizontes de lucratividade. O fortalecimento de um esquema regional de integração, por seu turno, dá credibilidade para as economias da região na atração e manutenção de investimentos, bem como credencia seus membros a negociarem em bloco seus interesses nas relações interblocos.

² GATT – da sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que vigorou até 1995, quando deu lugar à Organização Mundial do Comércio, OMC.

É nesse sentido geral que um processo de integração pode transformar seus parceiros em um **bloco econômico**, já que este movimento lhes dá também uma característica de bloco político, agindo e negociando assim no âmbito do sistema internacional. Esse movimento de blocos ou grupos em negociações e atuações no sistema internacional é muito comum e conhecido.



O que se enfatiza aqui é que uma integração pode dar uma consistente característica de bloco econômico com força política no sistema internacional, tornando as economias mais dinâmicas internamente e mais competitivas para fora, resultando em força política conjunta e, dessa condição, poder tornar-se um **polo de poder** numa perspectiva de um **sistema multipolar em blocos**. A União Europeia é o exemplo típico dessa transformação de uma integração num bloco de ação conjunta no cenário internacional, e muito do reconhecido sucesso dessa integração está associado a essa característica.

A esfera de inserção internacional dos países que conseguem resultados sinergéticos em processos de integração fechado vai além dos econômicos. Eles atingem amplas instâncias da política internacional, como a participação privilegiada em foros de negociação entre Estados ou em organizações internacionais, bem como em alianças estratégicas nas mais diversas áreas de interesse dos Estados.

Ou seja, da premissa de fortalecimento econômico, tanto simples acordos comerciais como acordos de preferência tarifária ou de livre comércio, e processos de integração com aprofundamentos para União Aduaneira ou Mercado Comum, transformam arranjos econômicos, ou blocos econômicos, em blocos políticos. Isso nada mais é que um processo de formação de grupos políticos no cenário do Sistema Internacional.

Resgatando algumas iniciantes acima sobre teorias de integração, esses processos podem começar com zona de preferência tarifária, passar a zonas de livre comércio, a mercados comuns, bem como evoluir para formas mais avançadas de integração total, como é o caso da União Europeia. É, no entanto, uma trajetória vivida nesta integração europeia e decantada teoricamente, mas não uma trajetória necessária e inevitável. O desenvolvimento de etapas de integração é uma decisão dos Estados nacionais que formam o processo, nunca uma necessidade intrínseca. Por outro lado, sendo uma decisão, algumas dessas etapas necessitam de certas características institucionais que as premissas teóricas associadas e as experiências mostram como necessárias.



As diferenças entre **acordos comerciais** e **processos de integração** estão, principalmente, na vontade política de aprofundamento da interdependência e complementaridade. Nos acordos comerciais ou zonas de livre comércio, cujo exemplo maior é o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), tem-se como principal objetivo a ampliação dos mercados, da competição e da competitividade. Já os processos de integração são mais ambiciosos e preveem, além destas fases e objetivos, um processo de complementaridade econômica e uma coordenação de políticas em várias esferas, desde a comercial e macroeconômica à esfera da segurança e defesa.

Do ponto de vista das etapas de integração, destaca-se a característica das etapas clássicas com predomínio inicial econômico e finalizando com integrações políticas. Assim, geralmente a integração começa com uma **Área de Livre Comércio**, onde são feitas liberações em termos de barreiras ao comércio intrazona, criando a liberalização da circulação de mercadorias. Depois, a integração avança para uma **União Aduaneira**, que tem como característica a existência de uma tarifa externa comum entre os membros da integração, e o início de cooperação na área de políticas macroeconômicas.

Uma fase subsequente é a da constituição de um **Mercado Comum**, que tem como característica principal a livre circulação de pessoas e capital. Num estágio seguinte, de **União Econômica**, observa-se o estabelecimento de políticas econômicas, banco central e moeda única no espaço integrado. Uma última etapa seria a de **integração total**, onde prevalece uma política externa e de defesa comum.

Numa integração total, a soberania dos Estados já está redefinida, seja para algo como “estados unidos” ou “união de estados”, o que significaria uma espécie de confederação de Estados, seja numa nova esfera política que, transcendendo a soberania do Estado-Nação, forma um tipo *sui generis* de organismo internacional. A União Europeia é um exemplo de integração com redefinição das soberanias do Estado cujo resultado não é uma unanimidade, oscilando entre uma confederação de Estados e uma Organização Internacional *sui generis*.



A América do Sul vivencia uma nova onda de integração desde o início do novo milênio, que culminou com a formação da União Sul-Americana de Nações – UNASUL. Essa nova formação integrationista foi amplamente incentivada, patrocinada e liderada pelo Brasil, que tem interesse em fortalecer a região como polo de poder no Sistema Internacional. Num mundo multipolarizado em blocos, ter um processo de integração forte é um confiante caminho para uma inserção internacional soberana e de resultados satisfatórios para o desenvolvimento econômico e social da região.

O Brasil conseguiu, no decorrer da última década, aliar estabilidade política, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social através da redução dos seus níveis de pobreza e com uma forte inserção internacional (hoje, o Brasil é integrante do BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países apresentados como as principais potências emergentes). Isso tem nos colocado entre os países com perspectivas muito positivas para o momento atual (primeira e segunda década do novo milênio) e para o futuro próximo.

País até pouco tempo considerado de terceiro mundo, o Brasil, agora com características de país emergente no contexto internacional, preocupou-se em crescer e se desenvolver. Mas é necessário ressaltar que a sociedade que não se preocupa com a desigualdade social tem seu desempenho externo prejudicado. No Brasil, a questão social sempre foi um problema e tem mostrado uma significativa melhoria, apesar da gravidade da situação ainda existente. Dessa forma, pode-se dizer que o problema era muito mais político que econômico, mesmo estando a economia ligada diretamente com todos os ramos que compõe a sociedade em si.

Com o maior Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, e um dos maiores do mundo, este país convive hoje com uma moeda estável – o Real, o que causou uma redução drástica dos índices inflacionários, contribuindo para uma melhora na distribuição de renda. Com políticas de compensação de renda, o país está diminuindo a miséria e a fome, ao mesmo tempo em que aumenta o número de consumidores para o mercado interno. Essa situação não só tem melhorado os históricos níveis de desigualdade de renda, como tem sido um dos pilares para a sustentação de níveis mínimos de crescimento econômico diante de uma crise internacional muito ampla e forte que assola o Sistema Internacional desde 2007/2008.

Nesse sentido, vale lembrar que o Brasil é um país que possui um mercado consumidor altamente atrativo, possui variados recursos naturais e uma imensa vontade de interagir no meio internacional. Todos os caminhos o levam ao sucesso, mas a estrada é longa e árdua. Muitos problemas devem ainda ser solucionados, tanto em questões econômicas como em políticas e sociais.

Seção 2

Organismos internacionais reguladores da política e da economia

Instituições internacionais, organizações internacionais ou organismos internacionais, termos quase idênticos, refletem um estágio relativamente recente da sociedade humana, como o próprio modo de organização burocrática típica do capitalismo. A ideia geral, em si, é a mesma, ou seja, criar formalizações e normas de conduta capazes de auxiliar atores em determinadas atividades ou, no caso internacional, na resolução de problemas de ação coletiva internacional.

As organizações internacionais que se envolvem na regulação de amplos aspectos da vida internacional são entidades criadas por Estados, então são governamentais (usaremos a sigla OIGs), e, como visto, fazem parte do conjunto de atores do Sistema Internacional, ao lado dos próprios Estados criadores delas, das empresas transnacionais e das organizações não-governamentais de caráter internacional.

Inicia-se com um primeiro conceito, o de **multilateralismo**, que representa um estágio de desenvolvimento das relações internacionais que vão além das relações bilaterais, ou seja, entre dois Estados.



De maneira genérica, multilateralismo é definido por Ruggie (1994) como se referindo a relações de coordenação entre três ou mais Estados de acordo com certos princípios, aplicados de forma indivisível a todos estes Estados e sobre a marca de outro conceito, a reciprocidade difusa. Ou seja, um Estado coopera porque o outro vai cooperar também.

Ao conceito de multilateralismo, devemos agregar outro, o de instituição, definida por Keohane (1994, p. 46) como um “persistente e conectado conjunto de regras que prescrevem comportamentos, restringem atividades e modelam expectativas”, e que possam tanto estar formalizadas através de tratados e acordos, como podem ser informais.

Completa o quadro a ideia de institucionalização, ou seja, o grau em que estas relações que formam a instituição são tomadas. Conforme Krasner (1999), a institucionalização é a medida com que o comportamento de fato conforma-se com os princípios e as regras. Nessa linha, quanto maior a conformidade entre o comportamento e as regras institucionais, mais alto o nível de institucionalização

Em primeiro lugar, vamos refletir sobre um conceito jurídico-institucional de organizações internacionais. Segundo Diez de Velasco (1999):

Associações voluntárias de Estados estabelecidos por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregados de gestar interesses coletivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta de seus membros. (DIEZ DE VELASCO, [1977], 1999, p.44).

Várias características implícitas e explícitas desse conceito devem ser ressaltadas para o bom entendimento do envolvimento das OIGs no mundo contemporâneo. Um deles é o **voluntarismo**, ou seja, um Estado faz parte de uma OIG por vontade própria, apesar de que, em muitas situações, Estados mais frágeis política e economicamente não possuem muita escolha.

Esse conceito é chave para o entendimento de outro, a **legitimidade**, ou seja, se os Estados formam OIGs por vontade própria, eles legitimam sobremaneira a sua atuação no Sistema Internacional. Da mesma forma, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) aprova uma resolução, que é uma decisão, mesmo os Estados que não votaram a favor estão legitimando esta e todas as decisões, uma vez que aprovaram o tratado constitutivo e fazem parte da OIGs.

Uma decisão de uma OIG é feita pelos Estados membros, mas, quando ela é aprovada, torna-se decisão da organização, e isso lhe confere uma autonomia relativa, autonomia derivada. Aqui está o interesse coletivo aprovado, que confere uma vontade distinta dos Estados que compõem a OIG.

Uma outra característica das OIGs a partir do primeiro conceito é a **permanência**, ou seja, elas têm uma sede própria e um corpo de funcionários próprios, o que as difere de simples conferências, como as sobre clima, que não possuem uma OIGs específica, mas fazem parte da ONU de uma forma geral.

Aliado a esse conceito existe outro importante, o de **previsibilidade**, que dá confiança e auxilia na estabilidade do sistema pela busca da solução pacífica de litígios. Se houver uma disputa entre dois países na área comercial, é previsível que a Organização Mundial do Comércio (OMC) seja o palco para a solução deste litígio.

Um último elemento importante que caracteriza uma OIG é a da sua **Personalidade Jurídica Internacional (PJI)**, reconhecida na doutrina, na prática e na jurisprudência, e que dá a ela a capacidade de contrair direitos e deveres no Sistema Internacional, portanto, de fazer relações internacionais. A base desta PJI é o tratado constitutivo assinado e ratificado pelos Estados que criaram a OIG.

Em segundo lugar, precisamos refletir sobre um conceito histórico-sociológico de organizações internacionais, conforme Herz e Hoffmann (2004):

As OIGs são ao mesmo tempo atores centrais do sistema internacional, fóruns onde idéias circulam, se legitimam, adquirem raízes e também desaparecem, e mecanismos de cooperação entre Estados e outros atores. As OIGs são atores, uma vez que adquirem relativa autonomia em relação aos Estados-membros, e elaboram políticas e projetos próprios, além de poderem ter personalidade jurídica, de acordo com o direito internacional público. (HERTZ; HOFFMAN, 2004, p. 23).

Numa perspectiva institucionalista, esse conceito coloca as OIGs no centro do Sistema Internacional como atores relevantes a ponto de poder influenciar os Estados. Nesse sentido, elas podem adquirir capacidade de impor uma vontade coletiva e individual ao conjunto dos Estados, pois suas características a colocam nesta situação.

Além disso, a concepção de que as OIGs são formadoras de ideias, projetos e políticas também é fundamental. Nesse caminho, a partir delas temos a formação de importantes balizadores da vida de todos nós, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, antes de ser um instrumento global de parâmetro para os Direitos Humanos, foi formalizada como Resolução da Assembleia Geral da ONU em 1948.

Por fim, do conceito histórico-sociológico de OIG temos a concepção de **cooperação**; afinal, os Estados criam OIGs para cooperarem. No entanto, na história e na análise das OIGs no mundo podemos perceber que outros elementos também sugerem incentivos aos Estados para criarem OIGs, tais como interesse, poder, evitar conflitos ou mantê-los legitimados, e criar ações e bens coletivos no Sistema Internacional.

Na história das OIGs, duas dimensões fundamentais são norteadoras da criação e desenvolvimento das OIGs: por um lado, o comércio ou a economia; por outro, as guerras ou os conflitos bélicos. Assim, na linha do tempo das OIGs, podemos perceber que, invariavelmente, essas duas dimensões estão envolvidas.

É no século XIX que elas aparecem, a partir da criação de comissões fluviais na Europa para a melhor administração da ampliação do comércio internacional naquele continente. São consideradas de primeira geração, pois não tinham uma pretensão política em sua instituição.



No início do Século XX, ao final da I Guerra Mundial, surge a primeira grande OIG, a Liga das Nações. Depois de vinte anos de crise, eis que eclode a II Guerra Mundial, tão ou mais devastadora que a primeira, ficando como legado da Liga das Nações dois elementos: o fracasso por não ter evitado uma nova guerra, e a experiência que seria fundamental para a montagem da sua sucedânea.

A ONU nasce das cinzas e com a experiência da Liga, evitando repetir seus erros e tentando continuar com seus acertos. Após a ONU, ocorre uma verdadeira avalanche de criação de OIGs, seguindo-a como exemplo institucional.

Há, no mundo contemporâneo, nos primeiros anos da segunda década do novo milênio, cerca de 400 (quatrocentas) OIGs espalhadas pelo mundo, diversas em suas especificidades, mas seguindo o padrão ONU.

Essa expansão do número de OIGs reflete ao menos em dois fenômenos que ocorrem após a II Guerra Mundial e que se complementam e alimentam. De um lado, temos o aprofundamento da relação entre os Estados, portanto, das relações internacionais; e de outro o aparecimento de temas relevantes na agenda internacional, que, por sua relevância e pela vontade e interesse dos Estados, transformam-se em OIGs. A própria estrutura da ONU foi crescendo à medida que novos temas demandavam maior institucionalização, resultando no crescimento de sua estrutura organizacional.

Podem-se classificar as OIGs de algumas formas para melhor entender algumas de suas generalidades, especificidades e influência no Sistema Internacional.

Elas podem ser **universais** ou **regionais**. O que marca a diferença são os atributos que deve ter um Estado ou país para ser membro.

Assim, numa OIG de caráter universal, qualquer Estado pode fazer parte, desde que cumpridas as formalidades definidas no tratado constitutivo. A ONU, a OMC, a Organização Mundial da Saúde (OMS), são exemplos de OIG de caráter Universal.

Já uma OIG de caráter regional possui a especificidade de aceitar como membros Estados com determinado perfil, seja geográfico, econômico, ideológico ou até técnico-operacional. Um exemplo clássico é a Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja definição geográfica já delimita quem pode ser ou não membro. Outro exemplo é Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), onde um país para ser membro precisa, necessariamente, ser exportador de petróleo.

Outra forma de classificação das OIGs é a partir de suas principais atribuições, ou dos seus objetivos gerais. Assim, podem-se classificar as OIGs como de função política, militar, especializada, econômica e de integração. Apesar de algumas dessas funções confundirem-se na ação da OIG, é certo que seu principal objetivo a direciona para uma função específica.

A mais importante e conhecida das OIGs é, sem sombra de dúvidas, a ONU. Como dito anteriormente, foi criada após a II Guerra Mundial, em 1945, e como resultado desta, a ONU tem como objetivos a paz e o desenvolvimento das nações que a constituem, descritos nos seus propósitos na Carta das Nações Unidas (1945), como segue:

- Manter a paz e a segurança internacionais;
- Desenvolver relações amistosas entre as nações;
- Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. (ONUBr, 2012).

Esse mesmo documento, que serve como guia e espécie de “constituição”, pois é considerada ascendente a outras cartas, prevê princípios de atuação para alcançar os seus propósitos. Esses princípios são a expressão da dinâmica própria das relações internacionais, muitos deles anteriores à própria ONU, ou seja, emergem das próprias relações internacionais. Vale destacar estes princípios, como seguem:

- A Organização se baseia no princípio da igualdade soberana de todos seus membros;
- Todos os membros se obrigam a cumprir de boa fé os compromissos da Carta;
- Todos deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais;
- Todos deverão abster-se em suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra outros Estados;
- Todos deverão dar assistência às Nações Unidas em qualquer medida que a Organização tomar em conformidade com os preceitos da Carta, abstendo-se de prestar auxílio a qualquer Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo;
- Cabe às Nações Unidas fazer com que os Estados que não são membros da Organização ajam de acordo com esses princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais;
- Nenhum preceito da Carta autoriza as Nações Unidas a intervir em assuntos que são essencialmente da alçada nacional de cada país. (ONUBr, 2012).

A estrutura institucional da ONU em 2013 é composta de 4 grandes órgãos, mais a Corte Internacional de Justiça: a Assembleia Geral – AG, o Conselho de Segurança – CS, o Conselho Econômico e Social – ECOSOC, e o Secretariado – SG. Cada órgão desse possui uma série de órgãos subsidiários, alguns com ligação e subordinação direta, outros indireta, e alguns com total autonomia, como por exemplo as agências especializadas. No entanto, todos

formam o chamado Sistema das Nações Unidas, cujo trabalho conjunto e coordenado deve ser direcionado para a consecução dos propósitos da ONU apontados anteriormente.



O organograma que mostra a estrutura institucional atual do Sistema das Nações Unidas pode ser visualizado na página online da ONU Brasil.

Uma forma genérica de se avaliar o desenvolvimento e a atuação da ONU é através de sua ação em alguns temas da agenda internacional. Junto com isso, pode-se pensar diretamente nos propósitos e princípios da organização para analisar sua efetividade, e ao mesmo tempo seus limites e possibilidades.



Na busca do desenvolvimento, a ONU teve e tem uma árdua e ingrata tarefa. Isso porque o Sistema Internacional é criador de desigualdades, e a anarquia que impera nele, ou seja, a inexistência de um poder acima dos Estados, reforça essa tendência, com cada Estado buscando ganhar poder em detrimento de outros.

Muitos programas foram criados para dar ação para esse objetivo, como o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a FAO – Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura, ou o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Apesar das suas importâncias, são medidas pontuais e com baixo poder de mudanças estruturais.

Desde a década de 1960 desenvolveu-se um movimento no Sistema Internacional questionando o modelo de desenvolvimento que reproduzia as desigualdades entre os países. Esse movimento deu origem à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), formada por países pobres e em desenvolvimento. A partir dali o tema desenvolvimento passou a ser debatido mais intensamente, em seus princípios, conceitos e formato de ação.

Na década de 1990 surge o conceito de segurança humana e com ele o de desenvolvimento humano. São revistos os conceitos liberais de desenvolvimento e questionados os preceitos neoliberais preconizados, principalmente, como solução aos problemas de pobreza para os países menos desenvolvidos.

Nessa mesma década (anos 1990), surgem também os objetivos do milênio da ONU, definindo um prazo de 15 anos para a diminuição dos níveis de pobreza e subdesenvolvimento no mundo. Desde então, vê-se um movimento de tentativa de diminuição das mazelas humanas no mundo. No entanto, esses indicadores não dão mostras de mudanças significativas em países mais pobres, principalmente africanos. A causa disso é um problema estrutural: enquanto

esses países não entrarem no circuito da produção e consumo capitalista, estarão à margem do Sistema Internacional. Além disso, muitos destes países sofrem com a ingerência dos e pelos interesses de grandes e médias potências, o que dificulta terem autonomia para resolução de seus problemas.

No campo da paz, a ONU tem sido mais efetiva, ao menos aparentemente. Isso porque, se se comparar com a trajetória de sua antecessora, a Liga das Nações, bem como ao conflito que lhe deu origem, a ONU evitou uma terceira Guerra Mundial, alcançando assim um dos objetivos principais na origem de sua criação. Porém, é possível pensar que se tem tido algo parecido ou até mais nefasto que uma Guerra Mundial, na medida em que tem havido, no período posterior à II Guerra Mundial, um grande número de conflitos menores e internos.

Após o fim da II Guerra Mundial, vivenciou-se, no Sistema Internacional, uma série de conflitos entre Estados pobres ou pouco desenvolvidos, como na África e Ásia; conflitos estes agravados pela influência das duas grandes potências no mundo bipolar da Guerra Fria. Além disso, convive-se com muitos conflitos internos aos Estados, golpes e guerras civis, muitos desses também influenciados, incentivados e até financiados pelas grandes potências durante a Guerra Fria, como no caso da América Latina e os EUA.

Em alguns casos, a ONU ficou marcada mais pela inoperância do que pela ação. É exemplar o genocídio em Ruanda, em 1994, que matou entre 500 mil e 1 milhão de pessoas sem que a ONU fizesse qualquer coisa.

Durante a Guerra Fria foram criadas ações para minimização de conflitos, conhecidas como Operações de Manutenção da Paz da ONU. Essas operações começaram com o intuito de manter dois lados em conflito sob paz consentida, e depois incluíram a reconstrução de países. Casos muito emblemáticos foram o do Timor Leste (leste asiático), país independente da Indonésia em 2002, que foi praticamente todo reconstruído física e institucionalmente a partir da missão da ONU, com destacada participação do Brasil. Aliás, o Brasil está também numa dessas missões de paz com foco em reconstrução nesta primeira década do milênio (2000-2010), no Haiti, América Central.

O período pós-Guerra Fria é marcado por um movimento de euforia que durou até 1995, e dali em diante de crescente descrédito e deslegitimização, com muito apoio de uma grande e poderosa OIG regional de caráter militar: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O elemento de euforia foi a ação contra a invasão do Iraque ao Kuwait em 1990/1991, com amplo apoio da comunidade internacional e sob a bandeira da ONU. No entanto, a partir de 1995 algumas potências, notadamente EUA e aliados, passaram cada vez mais a deslegitimar e ignorar a ONU e o Conselho de Segurança em suas ações de segurança internacional.

Dessa forma, toma corpo na primeira década do novo milênio uma reivindicação antiga de mudança no Conselho de Segurança, colocando como membros permanentes países com grande poder nas relações internacionais contemporâneas, como Brasil, Índia, Alemanha e Japão, mas não presentes no grupo de criação da ONU pós-guerra, como EUA, Rússia, Inglaterra, França e China.



O que se verifica nesse período (2000-2010) é uma ONU e um Conselho de Segurança com baixa legitimidade e, portanto, com baixa capacidade para concentrar esforços dos países membros em busca da paz internacional. Ao que tudo indica, essa situação só fortalece o aparecimento de potências rivais, de agressores regionais e do próprio terrorismo internacionalizado.

Se no âmbito da paz e do desenvolvimento a ONU possui muitos e grandes fracassos, não é diferente na esfera da economia e sua estabilidade internacional. Pode-se concentrar isso nas três principais OIGs da área: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Banco Mundial é um grupo formado por algumas instituições financeiras internacionais, principalmente o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Bird. O Bird foi criado durante a Conferência de Bretton Woods em julho de 1944, no Pós-Segunda Guerra, tendo objetivo inicial principal a reconstrução da Europa após a II Guerra Mundial.

Após a década de 1970, o Bird passa a direcionar suas ações para países em desenvolvimento, em ajudas para balanços de pagamento deficitários. Na década de 1990 passa a ser um dos principais instrumentos de implementação de medidas liberais nos países menos desenvolvidos, sendo alvo de duras críticas pelo incentivo a um desenvolvimento econômico menos humanizado.

O FMI segue caminho muito parecido. Criado para ser o garantidor do padrão ouro-dólar de Bretton Woods, fracassou nesse intento e, na década de 1970, passou também a direcionar suas ações no então chamado terceiro mundo e seus problemas de balanço de pagamento. Na década de 1990, o FMI igualmente é acionado para ajudar a implementar medidas liberais em países menos desenvolvidos. No entanto, seu maior trunfo eram as medidas econômicas do governo da Argentina, que naufragou ao final daquela década. Assim, FMI também passa a ficar desacreditado.

Após a crise financeira nos EUA em 2007/2008, a Comunidade Internacional recomeça a falar em necessidades de regulamentação do Sistema Financeiro Internacional, sem, no entanto, creditar muita capacidade ao FMI em tomar a dianteira desse processo, mas afirmando que uma nova ou reestruturada instituição deveria ter este papel. Fato marcante foi que, durante o governo do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva, O Brasil passa de devedor a credor do FMI, demonstrando uma economia forte e dinâmica, rumo a um patamar nunca antes alcançado.

Por último, mas não menos importante, temos a Organização Mundial do Comércio, uma das 3 mais importantes OIGs da área econômica. Criada em 1995, a OMC é o resultado organizacional da evolução do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, estabelecido em Bretton Woods em 1945. O objetivo da OMC é muito direto, mas não muito simples: proporcionar uma liberalização mundial total.

Em função das diferentes capacidades de poder, os países desenvolvidos impuseram, até o início do novo milênio, uma liberalização bastante favorável a eles mesmos. Dali em diante e, principalmente a partir da ação proativa da diplomacia brasileira, os países em desenvolvimento passaram a exigir dos mais ricos a reciprocidade em termos de liberação.

Isso significa a liberalização de mercados agrícolas dos países centrais, principalmente. Na negativa ou dificuldade em tratar desse tema internamente, por parte destes países centrais, as negociações da última rodada estabelecida de negociações, a Rodada Doha, está paralisada, deixando uma margem de dúvida quanto à efetividade da OMC num mundo anárquico.

Por fim, há de se conhecer um pouco das agências especializadas da ONU e sua importância, limites e possibilidades no Sistema Internacional e implicações em nossos cotidianos.



As agências especializadas são OIGs com autonomia e independência da ONU, possuem estatuto jurídico, estrutura funcional e financeira própria, ou seja, são autônomas. No entanto, há o compromisso, por parte dos Estados membros destas e da ONU, de trabalharem em conjunto para o alcance dos objetivos gerais da ONU, da Carta das Nações Unidas como um todo. Nesse sentido, elas procuram trabalhar em sintonia e passam a cooperar.

As agências especializadas da ONU possuem um caráter mais técnico, operacional e administrativo, do que político, no seio das diferentes OIGs. Assim, muitas delas possuem trabalhos de impactos relevantes para toda a sociedade, sem que a grande maioria da população tenha conhecimento disso.

Podem-se citar alguns exemplos. Um dos mais conhecidos é a Organização Mundial da Saúde (OMS), responsável pela criação de padrões na área da saúde que são utilizados como parâmetro para os países agirem. Quando houve a epidemia da Gripe A no mundo, o alerta foi emitido pela OMS, e, graças a sua atuação e normatização antecipada, os países sabiam quais os procedimentos

deveriam tomar para se evitar ao máximo o alastramento do vírus que causava a doença. A sua atuação por muitos anos, a efetividade dessas ações e, principalmente, seu caráter mais técnico, colocam para a OMS uma legitimidade pouco alcançada por outras OIGs.

Nessa linha, podem-se citar outras tantas, tão importantes quanto a OMS. É o caso da União Postal Universal (UPU), que normatiza o envio de encomendas e cartas entre os países; ou a Organização Internacional das Telecomunicações, que normatiza as características de tecnologia de transmissões de dados com segurança.

Outra importante OIG com essa característica é a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que procura preservar patrimônios e culturas; bem como a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), que normatiza os voos comerciais, tentando dar a maior segurança possível para esse meio de transporte.

De uma forma geral, as OIGs têm um papel ainda por serem efetivadas no Sistema Internacional, ou seja, por servirem de espaço de mediação e negociação para o alcance de um bem comum mundial. Assim, o conhecimento da existência destas OIGs, de suas principais características e seu acompanhamento cotidiano, dá uma margem mais segura de conhecimento sobre os impactos do Sistema Internacional nas nossas vidas, portanto, na nossa formação, educação permanente e atividade individual e profissional.

Capítulo 3

Relações sociais de produção e consumo

Agostinho Schneiders

Seção 1

A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético

O pensamento sociológico de Marx é o mais controvertido de todos os tempos, sendo considerado extremamente complexo e completo a respeito da sociedade moderna e contemporânea. Por causa de suas ideias, ele foi e continua sendo admirado e criticado. Suas análises críticas da sociedade capitalista de seu tempo, evidenciando as contradições e antagonismos, mostrando as possibilidades de mudanças, transformações e revoluções, provocaram rupturas, discussões e conflitos de ideias, que permearam por muito tempo as ciências humanas e sociais, chegando até aos nossos dias.

Marx ofereceu uma nova concepção da realidade social, modificando completamente o entendimento e a percepção do mundo, a partir de meados do século XIX. Já houve época em que o pensamento de Marx era contestado em qualquer publicação de Sociologia. Isso se deve, em grande parte, ao preconceito que foi sendo criado pelas instituições e pelos pensadores mais conservadores, por causa de suas posições críticas em relação à sociedade da época.

Mais do que qualquer outro pensador social, Marx salientou a importância fundamental da estratificação social ou estrutura social em nossa vida. Um número considerável de estudiosos da área das ciências humanas, especialmente das sociais, não compartilha na íntegra a perspectiva de Marx, mas, assim como, por exemplo, com o estudo *O Suicídio*, de Durkheim, a obra de Marx

incentivou pesquisas, debates e novas linhas de análise da sociedade da época e, principalmente, serviu de referencial teórico para compreender as relações sociais e suas diversas formas de interação no mundo nas últimas décadas.

Marx viveu no século XIX, no período da consolidação do sistema capitalista, que imprimiu uma nova maneira de ser da sociedade. Sem nunca ter sido um sociólogo de profissão, seus estudos nasceram da prática e das necessidades políticas do movimento socialista. Foram os seguidores do pensamento marxista e os estudiosos das ciências sociais que adaptaram a teoria de Marx às necessidades teóricas da Sociologia.

Suas formulações teóricas sobre a vida social, com destaque para as análises que fez da sociedade capitalista da sua época, causaram repercussões entre os intelectuais, a ponto de a Sociologia Ocidental Moderna preocupar-se basicamente em confirmar ou negar as questões levantadas por ele.

Ele cumpriu o papel de desvendar o sistema capitalista de forma ampla, analisando seus aspectos políticos, sociais e econômicos, com a utilização do método dialético. Isso é tão marcante que se pode afirmar que o conceito de realidade social de Marx é **dialético**.

Caracterizando o método, Marx (1982, p. 179) afirmou que “[...] o movimento do pensamento é o reflexo do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem.” É o movimento da matéria, da realidade social e da vida do ser humano, que é objetivamente dialético.

Toda a abordagem desenvolvida por Marx a respeito do sistema capitalista de produção é dialética, caracterizada especialmente pelas indicações das contradições e conflitos marcantes na dinâmica desta sociedade: patrões X operários, riqueza X pobreza, mando X obediência.

Para Marx, riqueza e pobreza são contraditórias. Uma decorre necessariamente da outra. A riqueza é resultado da exploração, opressão e injustiça. Isso só é possível por causa das condições estabelecidas pela sociedade, que não são iguais para todos: uns nascem em berço de ouro, outros de madeira, outros de capim, papelão, jornal ou sem berço. Acreditava que a classe econômica era fundamental na sociedade, já que todos os demais sistemas de desigualdade dependiam dela. Segundo ele, na classe econômica havia basicamente duas posições possíveis para cada pessoa: proprietário ou trabalhador.

A partir dessa perspectiva de abordagem ampla da sociedade capitalista, pode-se considerá-lo mais como um cientista social do que como um sociólogo. Marx acreditava que a razão não era só um instrumento de compreensão e apreensão da realidade social, mas também de construção de uma sociedade mais justa.



Após ter distinguido os aspectos e elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, e sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontrou a dialética na sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento. A realidade em estado de movimento, a realidade em processo, impulsionada pela superação de elementos contraditórios que a permeiam, é uma ideia básica no método dialético. Para ele, tudo parece levar à própria contradição e, por consequência, à mudança, à transformação.

Em suma, dialético é um método de análise da realidade, que vai do concreto ao abstrato e que oferece um papel fundamental para o processo de abstração. É um modo de ver e conceber o mundo, a sociedade, a vida, os seres humanos, as coisas, a matéria, as ideias e pensamentos, caracterizado pela dinâmica do movimento constante de tudo. Nada está parado, inerte. Tudo muda, tudo se transforma.

Esse modo dialético de ver e conceber tudo está presente na análise e interpretação da sociedade capitalista moderna, também entendida como **Materialismo Histórico**. A análise da vida social, para Marx e Engels (1989, p. 27), deve ter como ponto de partida

[...] os indivíduos reais, a sua ação e as condições materiais de existência, quer se trate daquelas que já encontrou elaboradas, quer das que ele próprio criou. A primeira condição de toda a história humana é a existência de seres humanos vivos.

Na abordagem da vida social, Marx desenvolveu um método que, mais tarde, foi denominado de **Materialismo Histórico**, por tratar das relações materiais que os homens desenvolvem para poderem produzir os meios necessários para a sobrevivência.

Nessa abordagem, a produção das ideias, das representações e da consciência está, antes de tudo, direta e intimamente ligada à atividade material dos homens; nesse sentido, ela seria a própria linguagem da vida real. Sendo assim, as representações e o pensamento dos homens aparecem como a emanação direta do seu comportamento material da vida cotidiana.

Os homens são produtos de suas representações e de suas ideias, na medida em que são estas qualidades que os tornam humanos. Porém, não partimos daquilo que os homens dizem, imaginam, creem, mas dos homens tomados em sua atividade real, segundo o seu processo real de vida.

São os homens que, ao desenvolverem a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, os

seus pensamentos e os produtos desses pensamentos. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Para ilustrar esse raciocínio acompanhe o exemplo. A ideia de uma mesa surgiu pela necessidade que o ser humano teve de uma superfície plana para preparar os seus alimentos. Iniciou no chão, depois sobre uma pedra, um tronco de árvore. Foi pensando e refletindo sobre maneiras de melhor satisfazer as suas necessidades que o ser humano chegou à construção de diferentes tipos de mesas.

Esse processo de criação aplica-se ao desenvolvimento de todos os instrumentos produzidos pelo Homem para melhor interferir e transformar a natureza, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência. Foi o que possibilitou que o homem fosse transformando-se a si próprio e promovendo o seu desenvolvimento e a sua constituição como sujeito ao longo da história, com as qualidades e características humanas que conhecemos – relacionadas às capacidades de pensar, de planejar, de imaginar e da própria consciência. E são essas, entre outras capacidades de ordem superior, que são tipicamente humanas e que nos diferem de outras espécies animais.



É, portanto, intervindo na realidade material, transformando a natureza para satisfazer suas necessidades de sobrevivência que o homem constrói sua consciência. É na vida real que começa a ciência real, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. O conhecimento baseado na produção da sociedade resulta do estudo do processo real de vida e da ação dos indivíduos de cada época.

Os homens devem poder viver para poder fazer história. E para viver é preciso, antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se, além de outras coisas. Dessa forma, a produção da realidade material para garantir a reprodução da vida a cada dia é um processo dialético contínuo em evolução. Assim, o modo como o ser humano luta para estar vivo já é parte do fazer história e do seu fazer-se na história, pois, ao mesmo tempo, produz conhecimento.

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. É no desenvolvimento histórico que os homens, ao renovarem a cada dia a sua própria vida, iniciam o processo de suas próprias reproduções.

A consciência é um produto social como um reflexo do contexto social mais próximo. A consciência da necessidade de relacionar-se com indivíduos que os cercam, advinda da percepção da necessidade de juntar esforços para sobreviver, marca, para o homem, o início da consciência do fato de que, apesar de tudo, ele vive em **sociedade**.

A vida em sociedade tem características distintas em cada período da história, marcadas pelo modo como o ser humano organizou-se para satisfazer suas necessidades básicas. Uma passagem da obra “Ideologia alemã” (MARX; ENGELS, 1989, p. 27-28) reflete bem essa perspectiva:

Um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material, trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história [...] a fim de manter os homens vivos.

Satisfeitas suas necessidades básicas, os homens criam novas necessidades, e essa criação é, para Marx, o primeiro ato histórico, resultante da ação orientada pela consciência. É desde o início da evolução histórica que os homens renovam diariamente as suas próprias vidas e buscam a reprodução da espécie, numa relação entre homem e mulher, pais e filhos.

Para Marx (1989), são as massas das **forças produtivas** que determinam as condições sociais de existência. Nesse sentido, a consciência nasce da necessidade da existência de intercâmbio com outros homens. A consciência é, portanto, desde o início, um **produto social**.

Com essas colocações, estavam lançadas as bases para uma nova interpretação da história. Ao afirmar que é a matéria que determina a consciência, Marx (1989) toma como ponto de partida a vida material e histórica do homem.

Numa visão histórica, segundo Tamanini e Amorim (2003), as configurações assumidas pela ciência e pela ética são o resultado de uma evolução que não obedece, necessariamente, às leis eternas. Ela é construída pelas realidades históricas e caracteriza-se por um ato consciente e revolucionário de uma classe; no caso do sistema capitalista, o proletariado.

Para os historiadores, as teorias ou abstrações são representações que os homens fizeram para si mesmos na história. Elas são o resultado da história humana, e estão destinadas a descrevê-la e a permitir sua continuidade ou descontinuidade. Portanto, são contextualizadas e podem ser modificadas, uma vez que toda história traz em si o germe da sua própria destruição.

A dinâmica das relações sociais, o movimento das mudanças e transformações constantes, ou seja, a dialética da realidade e do pensamento constitui a força

motor da história. As circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias, segundo Marx. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material e social, processo que implica o surgimento de contradições. Nesse sentido, o sociólogo poderia compreender a sociedade capitalista e a direção na qual ela estaria transformando-se graças as suas contradições internas.

Na verdade, Marx nunca tratou da produção em geral, mas referiu- se à produção num estágio de desenvolvimento social, como sendo a produção dos indivíduos que vivem em sociedade. A sociedade depende do estágio de desenvolvimento social, de suas forças produtivas e das relações sociais de produção, conforme citação que segue:

[...] os homens não são livres árbitros de suas forças produtivas, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são os resultados da energia prática dos homens, [...] determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas [...]. (MARX apud QUINTANEIRO, BARBOSA; OLIVEIRA, 2001, p. 71).

A maneira pela qual os homens produzem seus meios de existência depende da natureza dos meios de existência já conhecidos e que precisam ser reproduzidos ou substituídos.

A compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência à maneira como os homens produzem sua sobrevivência material. Por isso, o conceito de **trabalho** é fundamental para esse entendimento, pois é nesse processo que se estabelece a interação com a natureza e é por meio do trabalho que o homem a transforma.

Na concepção marxista, o homem trabalhando é considerado como força de trabalho, significando a energia despendida no processo de trabalho, por meio do qual chega ao produto. E é o trabalho que atribui ao produto um valor determinado.

De acordo com Demo (1989), as relações que se estabelecem entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que processam diretamente o produto são denominadas **relações sociais de produção**. Os **meios de produção** são os instrumentos utilizados para processar a produção: o capital, as fábricas, a terra, as ferramentas, os insumos etc. Por **modo de produção** entende-se a maneira historicamente específica que caracteriza o processo de produção.

As relações de produção são caracterizadas pelo relacionamento dentro de um modo de produção (o comunismo primitivo; a escravatura; o feudalismo; o capitalismo; e o socialismo/comunismo), entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não os possuem. No caso do modo de produção capitalista, ela ocorre entre o capitalista que detém a posse privada dos meios de produção e os trabalhadores diretos, isto é, aqueles que não os detêm.

A sociedade, ao produzir os bens de consumo e de serviço de que necessita, faz com que os homens estabeleçam relações uns entre os outros na produção, na troca e na distribuição dos bens, denominadas relações de produção.

Nos últimos anos, temos visto uma revolução tecnológica crescente e que tem trazido novos direcionamentos econômicos, culturais, sociais e educacionais à sociedade. A acelerada transformação nos meios e nos modos de produção, causada pela revolução tecnológica, focaliza uma nova era da humanidade em que as relações econômicas entre pessoas e países e a natureza do trabalho sofrem enormes transformações.



Conceito elaborado por Karl Marx e que recebeu muitas definições e utilizações posteriores, as relações de produção, resumidamente, são as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material. Segundo a teoria marxista, nas sociedades de classes as relações de propriedade são expressões jurídicas das relações de produção. Assim, nessas sociedades, as relações de produção são relações entre classes sociais, proprietários e não proprietários, que, conjuntamente com as forças produtivas, são os componentes básicos do modo de produção, ou seja, a base material da sociedade.

Ao frequentar um supermercado para comprarmos gêneros alimentícios, bebidas, calçados, material de limpeza, etc., estamos adquirindo bens. Da mesma forma, quando pagamos a passagem do ônibus ou uma consulta médica, estamos pagando um serviço. Ao viverem em sociedade, as pessoas participam diretamente da produção, da distribuição e do consumo de bens e serviços, ou seja, participam da vida econômica da sociedade.

Assim, o conjunto de indivíduos que participam da vida econômica de uma nação é o conjunto de indivíduos que participam da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Podemos dar como exemplo a classe de operários que, quando trabalham, estão ajudando a produzir. E quando, com o salário que recebem, compram algo, estão participando da distribuição, pois estão comprando bens e consumo. Já quando consomem os bens e os serviços que adquiriram, estão participando da atividade econômica de consumo de bens e serviços.

Seção 2

Economia e sociedade

Para uma compreensão mais adequada da sociedade moderna, é imprescindível que se tenha o domínio de alguns conceitos básicos relativos à sua economia. Estudando as ideias de Marx, temos contato com alguns fundamentos conceituais da Sociologia econômica marxista. Isso porque, no pensamento de Marx, os aspectos econômicos adquiriram destaque e estão muito presentes em toda a análise da sociedade capitalista.

Inicialmente, podemos destacar que, no cenário das relações de produção capitalistas, surgem dois **conceitos** básicos e fundamentais para o entendimento do pensamento de Marx: a **mais-valia** e **classes sociais**, conceitos que serão estudados a partir de agora.

Na verdade, a economia capitalista trouxe um fato novo, a separação entre produto e produtor. O trabalhador produz sem saber o que está produzindo, sem ter participado do planejamento do processo e nem do produto final. Ele é apenas o executor daquilo que foi projetado por outro.

Isso se torna mais intrigante se levarmos em conta que o trabalho é a base do valor das mercadorias. Isto é, o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporado a ela. Se uma mercadoria vale duas vezes mais do que a outra, é porque contém o dobro de trabalho.

Segundo Demo (1989), no tempo do intercâmbio mercantil simples, vendiam-se mercadorias para se obter o dinheiro que podia comprar outras mercadorias. Agora, vendem-se mercadorias para se obter dinheiro, que permite comprar mercadorias multiplicadoras do dinheiro (D-M-D).

Na sociedade atual, vende-se a própria força de trabalho como mercadoria, mas é uma mercadoria produtora de outras mercadorias, multiplicadora de dinheiro. Nesse contexto, a força de trabalho surge, então, como uma nova mercadoria. O trabalhador livre vende a sua força de trabalho pelo valor de um determinado salário.

É bom lembrar que a força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria ou trabalho assalariado. O escravo, por exemplo, não vendia a sua força de trabalho ao seu dono, assim como o boi não vende o seu trabalho ao lavrador. O escravo era vendido de uma vez para sempre com a sua força de trabalho. Era uma mercadoria que podia passar das mãos de um dono às mãos de outro. Assim, ele era uma mercadoria, mas a sua força de trabalho não lhe pertencia.

Já o trabalhador livre, no sistema capitalista, vende 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia, ao proprietário dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho e meios de vida. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2001).

Na concepção de Marx, o salário deve ser determinado considerando-se o valor dos meios necessários para a subsistência, para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. E considerando-se, ainda, tudo o que é necessário para que o trabalhador reproduza-se de acordo com o seu nível de vida, que varia historicamente entre épocas e regiões, e de acordo com suas habilidades.

Para Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2001, p. 88),

[...] o capital, assim como o trabalhador assalariado, é uma relação social de produção, é uma forma historicamente determinada de distribuição das condições de produção resultante de um processo de expropriação e concentração da propriedade.

Isso só é possível porque o valor que o trabalhador pode produzir durante as horas trabalhadas é superior ao valor pelo qual vende sua capacidade, seu salário.

A força de trabalho é a única mercadoria que pode produzir valor. Para Marx (1982), uma parte desse valor, apropriada sob forma de trabalho excedente, é trabalho não pago e passa a integrar o capital, transformando-se em riqueza. No capitalismo, esse trabalho excedente assume a forma de **mais-valia** (valor que o trabalhador cria além do valor de sua força de trabalho), expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital.

Ela é considerada pelos sociólogos como sendo a alma do capitalismo, pois produz, na teoria e na prática, a desigualdade e os antagonismos sociais. Aquilo que o trabalhador produz a mais do que recebe, em forma de salário, é apropriado pelo dono dos meios de produção e, normalmente, é chamado de apropriação do excedente de trabalho.

É por meio da extração de mais-valia que se estabeleceu a via fundamental da acumulação capitalista, por intermédio da qual, segundo Marx (1982), o capital realiza a sua vocação histórica à custa do trabalhador. Movido pela ideia do lucro, o capitalista seria necessariamente explorador.



Mas é importante destacar que há uma diferença entre lucro e mais-valia. A mais-valia origina-se somente do trabalhador, já o lucro pode vir de outras fontes: da compra e venda de mercadorias, do lucro, do arrendamento.

Marx (1982) chamou de **mais-valia absoluta** aquela conseguida por meio do aumento de horas na jornada de trabalho ou pela intensificação do uso da força de trabalho. Exemplo: numa fábrica de sapatos, se o trabalhador trabalhar diariamente uma hora a mais, ele estará produzindo mais sapatos. Ele pode produzir mais sapatos se o patrão conseguir que ele se mantenha ocupado, trabalhando pelo maior tempo possível além das horas destinadas à jornada de trabalho.

Por outro lado, chamou de **mais-valia relativa** aquela obtida por intermédio da diminuição do tempo de trabalho necessário, por meio da especialização profissional, introdução de novas tecnologias ou adoção de novos métodos de gerenciamento. Nesses casos, é possível aumentar a mais-valia, mesmo diminuindo o tempo de trabalho.



Para facilitar sua compreensão sobre mais-valia, leia o exemplo que segue: um operário vende sua força de trabalho ao capitalista por um preço X (por exemplo, \$10.000), para trabalhar durante um período Y (suponhamos 8 horas). Mas, em apenas uma fração deste período (por exemplo, 4 horas), o trabalhador produz o equivalente ao salário combinado, ou seja, \$ 10.000. O tempo restante da jornada de trabalho (4 horas) é trabalhado gratuitamente para o capitalista, produzindo-se um valor suplementar, ao qual Marx denomina mais-valia. A taxa de mais-valia é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. (TAMANINI; AMORIM, 2003).

Ligado ao conceito e à prática da extração da mais-valia constrói-se o conceito de **classes sociais**. Embora seja considerado um dos temas principais do pensamento de Marx, ele não deixou uma teoria sistematizada sobre as classes sociais.

Mesmo assim, é possível abstrair um entendimento desse assunto a partir de sua obra e da obra de seus seguidores, que divulgaram suas ideias. Segundo Demo (1989), as classes sociais são grupos sociais antagônicos, em que um se apropria do trabalho do outro, por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção, lugar este determinado fundamentalmente pela forma específica com que se relaciona com os meios de produção. A distinção está entre **os que possuem e os que não possuem os meios de produção**.

Como você já viu, a compra e a venda da força de trabalho produz um distanciamento entre os que compram e os que vendem a força de trabalho. Marx chamou isso de **antagonismo de classe**, cuja base de sustentação é a propriedade privada dos meios de produção. Com a proposta de eliminação da propriedade privada, ele via a possibilidade de eliminar os antagonismos de classe.

Marx (1982) demonstrou que a existência das classes está vinculada a determinadas fases da história do desenvolvimento da produção; que a luta de

classes conduz necessariamente, ao longo do tempo, à ditadura do proletariado; e que esta mesma ditadura não passa de uma transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes.

É na obra “Manifesto Comunista”, de 1848, que se encontram as principais considerações políticas de Marx sobre a luta de classes, conforme citação que segue:

[...] a história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes. [...] na nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade vai se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, [...] burguesia e proletariado. (MARX; ENGELS, 1985, p. 45).

Mesmo reconhecendo a importância do papel da burguesia na dissolução do feudalismo e na construção da ordem capitalista, Marx prognostica que cabe aos operários dar o próximo passo, o da destruição do capitalismo e da instauração da sociedade socialista:

O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. [...] a burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX; ENGELS, 1985, p. 64).

Na verdade, Marx reconheceu no capitalismo apenas duas classes, a **burguesia** e o **proletariado**, o que seria para ele uma simplificação, se comparada ao sistema feudal de produção. Algumas vezes ele usou o termo “pequena burguesia” para designar uma classe em transição, composta pelo pequeno produtor independente, artesão ou camponês, donos dos seus meios de produção.

Hoje existem salários que permitem acumulação de capital, cujo valor vai muito além do necessário para a satisfação das necessidades básicas (atletas diferenciados, *top models*, executivos de grandes empresas, e outros), em que as características da mais-valia praticamente desaparecem ou não se aplicam, o que Marx desconhecia.

Usamos hoje, também, o termo fração de classe para designar subgrupos componentes de classe. A própria burguesia pode ser subdividida em burguesia industrial, comercial e financeira; em trabalhadores da indústria, do comércio, da prestação de serviços, os autônomos, diaristas, entre outros.

Também é comum falar-se em **consciência de classe**, quando ela está ciente de seus reais interesses. Marx falava de “classe em si” para indicar o seu potencial contestatório. A “classe para si”, quando levada pela consciência do conflito e da exploração, organiza-se politicamente para a defesa consciente de seus interesses, o que supõe uma identidade construída para a luta de classe.

Mas essa consciência e luta de classes, para Marx, levaria à abolição das classes sociais na construção essencial da sociedade comunista:

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. [...] em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX; ENGELS, 1985, p. 64).

Chegando ao fim a divisão da sociedade em classes, o Estado, enquanto estrutura política, também teria que ser destruído. No entender de Marx, o Estado era um instrumento da luta de classes, logo não faria sentido em uma sociedade sem classes. Como ele entendia que o proletariado precisava do Estado para derrubar a burguesia, ele afirmava que era necessário um momento de transição entre o capitalismo e o comunismo, e chamou isso de socialismo. A transição seria implantada por meio da ditadura do proletariado.

Lênin (apud HARNECKER, 1972, p. 145) dizia que:

A essência fundamental da ditadura do proletariado residia na organização e disciplina do destacamento avançado dos trabalhadores, de sua vanguarda, de seu único dirigente: o proletariado. Seu objetivo é construir o socialismo, suprimir a divisão da sociedade em classes, converter a todos os membros da sociedade em trabalhadores, destruir a base sobre a qual descansa a exploração do homem pelo homem. [...] exige um período bastante longo de transição do capitalismo para o socialismo, porque é difícil reorganizar a produção, como se necessita de tempo para introduzir mudanças radicais em todos os domínios da vida e porque a enorme força da tradição de um modo burguês de dirigir a economia somente pode ser superada numa luta vasta e tenaz. Por isso, Marx fala de todo um período de ditadura do proletariado como período de transição.

Assim, era preciso que a classe operária se tornasse revolucionária, primeiramente tomando consciência de seus interesses de classe e percebendo as condições objetivas de construção do socialismo para, num aprimoramento deste modelo, chegar ao comunismo como uma sociedade perfeita, sem propriedade privada, sem classe e sem o Estado.

O modo de produção é a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui nos diferentes contextos sócio-históricos, para produzirem os meios necessários para a reprodução da vida e também para a concentração de capital. O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes nessa sociedade.

Modo de produção = forças produtivas + relações de produção. Portanto, o conceito de modo de produção resume claramente o fato de as relações de produção serem o centro organizador de todos os aspectos da sociedade.

O modo de produção é entendido como o conjunto das forças produtivas e o conjunto das relações de produção, na sua interação, num certo estágio de desenvolvimento. Como vimos anteriormente, é na vida cotidiana que o ser humano vai fazendo a sua história. É a partir das atividades práticas do dia a dia que os seres humanos, com o uso da sua capacidade de entendimento das coisas, vão sendo estimulados para as constantes modificações no modo de fazer a prática, o que leva, por conseguinte, ao desenvolvimento das forças produtivas (potencial para produzir um produto).

Estas evoluem com maior rapidez e influenciam as relações de produção (relações necessárias entre os envolvidos num processo de produção), que não se comportam como um elemento passivo. As relações de produção exercem uma influência ativa no desenvolvimento das forças produtivas, acelerando ou amortecendo o seu avanço.

Para Fiorante (1978), o modo de produção é uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como instâncias ou níveis, isto é, como estruturas regionais com autonomia e dinâmica próprias, ligadas a uma unidade dialética.

Esse conceito de Fiorante está muito ligado ao pensamento marxista, já que Marx analisou os modos de produção dentro de estruturas. Por outro lado, sente-se a dificuldade de caracterizar o seu modo de produção em um país ou em uma nação, pois, geralmente, não se encontra uma só forma de produção, mas diversos modos de produção influentes.

Desta feita, pode-se caracterizar o modo de produção de um país como aquele modo que predomina, e isso já seria uma grande dificuldade. Enquanto que, em determinados espaços, mantém-se um modo de produção, em outros o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais definem novos modos de produção.

Independente da época e modo de produção vigente, os poderosos determinavam as ideias que prevaleciam na sociedade. Estavam na melhor posição para ensinar o que consideravam a verdade, e as ideias que ensinavam favoreceriam seus próprios interesses, por exemplo, a competição é uma lei

da natureza, a pobreza é inevitável, a proteção da propriedade privada é mais importante do que a proteção dos direitos dos trabalhadores ou da vida das pessoas. Para isso, tinham a sua disposição os mecanismos, o aparato público na defesa dos interesses particulares como Exército, polícia, governo, lei, religião e ideias, os ricos conseguem perpetuar um sistema do qual obtêm muitos privilégios. Os trabalhadores, segundo Marx, estão condenados à pobreza, pois sua posição dependente deixa-os à mercê dos proprietários.

A mudança dessa estrutura social desfavorável para a absoluta maioria da sociedade só poderia ocorrer quando fosse destruída a velha estrutura de classes. Uma simples reforma na estrutura de classes por meio de leis ou educação não alteraria de forma significativa esse quadro, pois permitiria ao longo de um prazo considerável, apenas proteger os poderosos.

Nossa posição na ordem econômica é fundamental para determinar boa parte do que somos, do que fazemos e do que pensamos. Ela é central para nosso poder e privilégio na sociedade. E essa estrutura social, erigida ao longo de muitas gerações e séculos, é bastante estável. Para Charon (2004), os pensamentos de Marx, bem como a contínua experiência da sociedade, dizem-nos que os sistemas de estratificação, em vigor por muito tempo, aceitos pela maioria como corretos, defendidos de várias maneiras sutis por aqueles que deles se beneficiam, perpetuados pela família, são altamente resistentes à mudança.

Seção 3

Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade

Ligadas ao trabalho, na sociedade atual, estão as questões do emprego, desemprego e empregabilidade. É esse conjunto que vamos tentar entender nesta seção, tendo como pano de fundo o pensamento de Marx. Nas obras de Marx, o trabalho ocupa posição central. Ao trabalhar, o homem produz a cultura. A cultura, como resultado do trabalho, diferencia o trabalho humano daquele realizado por outros seres vivos.

A característica do homem é projetar, conceber o trabalho antes de realizá-lo e de modificar sua concepção durante sua realização. A capacidade de trabalho é, ao mesmo tempo, característica e condição humana; desta se formam as relações sociais, as familiares, as políticas, as econômicas e as relações com a natureza.

As representações, as linguagens, as instituições, a educação estão diretamente ligadas com a forma pela qual os homens, no trabalho, relacionam-se para produzir o que necessitam e para se reproduzirem como seres dotados de história e cultura.

À medida que o ser humano desenvolve meios para o seu trabalho e sabe o que irá alcançar no fim deste, ele se desenvolve e imprime nas coisas criadas a sua marca. O meio de trabalho é um instrumento que o trabalhador usa para transformar um objeto, uma matéria-prima em produto para o consumo.

No fim do processo de trabalho, aparece um resultado, um produto, que já existia antes, mas como projeto que ele tenha elaborado conscientemente. No desenvolvimento do projeto, pelo uso da inteligência e criatividade, o ser humano pode perceber deficiências no projeto e ir alterando conforme sua vontade, durante todo o curso do trabalho.



Para Marx (1982), o grande problema da sociedade capitalista é que o produto do trabalho não pertence àquele que o produziu. Há uma contradição intrínseca na sociedade capitalista entre proprietários dos meios de produção (burgueses) e trabalhadores (proletários). Marx entende que a marca da sociedade capitalista é a divisão social acentuada do trabalho e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não é o trabalhador.

A existência da propriedade privada dos meios de produção separa, em classes sociais distintas e opostas, os proprietários dos não proprietários dos meios de produção, os burgueses e os operários. Uns têm a propriedade dos meios de produção; outros, apenas a sua força de trabalho.

A divisão do trabalho e da propriedade separa os homens, isolando aqueles responsáveis pela concepção daqueles que executam o trabalho, separando o trabalho intelectual do trabalho manual; ou seja, uns pensam e outros executam. Concretamente, mão e consciência encontram-se separadas, representadas por homens distintos: aquele que executa e aquele que projeta. A característica do homem de conhecer (planejar) o trabalho antes de realizá-lo é perdida. O responsável por uma parte da tarefa repete-a mecanicamente, converte-se em um apêndice da máquina. O trabalhador perde a relação que estabelecia entre o desenvolvimento do conhecimento e o trabalho, quando era dono do projeto. A ciência aparece **separada** do trabalhador, a serviço do capital.

Essa separação entre o pensar e o executar e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não o trabalhador produz o que Marx chamou de **alienação**. A alienação, a consciência deslocada da produção da vida, toma conta das instituições, e tende a obscurecer para o homem o fundamento real da sociedade, que é a exploração e a desigualdade.

O processo de alienação, para Marx, manifesta-se no trabalho e no modo como se organiza a divisão do trabalho. O produto do trabalho, a mercadoria construída pelo próprio homem, torna-se estranho e alheio a ele.

Com a expansão da propriedade privada, bem como sua intensificação e a divisão do trabalho, que são bases fundamentais do capitalismo, o trabalho perde sua característica determinante que é a expressão do poder do ser humano na relação com a natureza, e os produtos derivados de seu trabalho assumem uma existência à parte do indivíduo, de sua vontade e de seu planejamento.

A racionalidade exigida pelo modo de produção capitalista transforma o homem em máquina de trabalho, da mesma maneira como, nos primórdios da humanidade, fez-se com os animais. Para alcançar índices elevados de produtividade, o capitalismo construiu reciprocamente com os eventos modernos uma racionalidade jamais vista na humanidade. O ser humano transforma-se em mercadoria.

Marx demonstrou justamente que o valor de um produto está na quantidade do trabalho empregado na sua fabricação e que o lucro do capitalista está no valor produzido pelo trabalho que ele não paga ao operário, que Marx designa de “mais-valia”.

Com a racionalidade do modo de produção capitalista, os trabalhadores são destituídos dos meios de produção, sendo forçados a venderem somente o que lhes resta: a força de trabalho, em troca de um salário que não paga o seu trabalho. Assim, eles próprios transformam-se em mercadorias. Isso significa dizer que, ao transformar o trabalho em mercadoria, vendida como qualquer outra no mercado, este perde sua característica humana. O homem deixa de se sentir homem pelo trabalho. Ao contrário, só se sente livre quando desempenha as funções animais (comer, beber, procriar etc.).

As relações de produção, que assim se estabelecem, fazem parte da própria natureza do modo de produção que começa a vigorar. No “Primeiro Manuscrito Econômico e Filosófico” Marx propôs-se a desvendar a verdadeira natureza do trabalho alienado: o trabalhador sente-se contrafeito, à medida que o trabalho não é voluntário, mas lhe é imposto, é trabalho forçado; o trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades; o trabalho não é para si, mas para outrem; o trabalhador não se pertence, ele é propriedade de outra pessoa.

Para Marx, a alienação do objeto do trabalho simplesmente resume a alienação da própria atividade do trabalho. No capitalismo, as instituições sociais acentuam essa alienação. O homem vive socialmente por meio das instituições, em uma tensão constante entre as forças de mudança e as de conservação ali presentes.

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. A mais-valia e a mercadoria são a condição e o produto das relações de dependência, alienação e antagonismo do operário e do capitalista.

A forma “mercadoria” cristaliza tanto o produto do trabalho necessário à reprodução do produtor (trabalho pago), como o produto do trabalho excedente (não pago) e apropriado pelo capitalista, no processo de compra e venda da força de trabalho. O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade [...] Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colmeias. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. [...] Além do esforço de seus próprios órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. (MARX, 1982, p. 194–196).

O trabalho é um componente importante na dialética da vida do ser humano em contato com a natureza ou com a matéria, como um processo de transformação constante de ambas as partes. Só o ser humano, para Marx, pode compreender essa dinâmica.

3.1 Emprego e empregabilidade

Neste início de milênio, emprego e empregabilidade tornaram-se questões importantes para as instituições, empresas, trabalhadores e também para os centros de pesquisa e universidades. Isso porque envolvem aspectos básicos do ser humano, como a sobrevivência, e passam pela cidadania e dignidade para considerar ambições maiores como satisfação, realização e felicidade.

O emprego pode ser entendido como a função e a condição das pessoas que trabalham em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica. O desemprego é entendido como a condição ou situação das pessoas incluídas na faixa das “idades ativas” (em geral entre 14 e 65 anos), que estejam, por determinado prazo, sem realizar trabalho em qualquer tipo de atividade econômica.

A complexa questão envolvendo o emprego, desemprego e empregabilidade diz respeito à reestruturação dos processos de produção, questão que se acentuou a partir da última década do século passado (XX) e que ainda está em curso, sendo intensamente discutida pela Sociologia e demais Ciências Sociais. A quantidade de registros na literatura mostra a importância que o tema assumiu durante esses últimos 15 anos.

Nesse mesmo período, houve uma efetiva diminuição dos postos de trabalho, decorrente da incorporação de novas tecnologias nos sistemas de produção e trabalho, com o consequente aumento da produtividade.

A terceirização e a informalização também contribuíram para a construção deste cenário de rearranjos no mundo do trabalho, produzindo intensa preocupação para sociólogos, psicólogos, economistas e administradores, já que essas mudanças têm reflexos imediatos na vida dos trabalhadores inseridos no mercado e dos trabalhadores terceirizados ou autônomos, que atuam lado a lado com os regularmente inseridos no mercado formal.

Conforme Torres e Longo (2003), a reestruturação produtiva implantada pelas grandes empresas, que reduzem seu quadro de pessoal e mantêm apenas os mais qualificados, faz com que o mercado de trabalho vá perdendo a capacidade de geração de novos empregos, aumentando os índices de desemprego industrial no Brasil, sobretudo nas grandes empresas. Nesse contexto, há uma pequena compensação, com incremento de empregos por parte das médias e pequenas empresas.

Uma pesquisa de Montagner e Brandão (1996, apud PICCININI; OLIVEIRA, 2003) sobre a região metropolitana de São Paulo já mostrava que o contingente de desempregados aumentava ininterruptamente entre a categoria dos que exerciam funções mais qualificadas, de gerência e planejamento, atividades de apoio à produção de bens e serviços e entre os que realizavam tarefas de secretaria e escritório. Os autores associam esse tipo de desemprego “aos processos de redução de níveis hierárquicos e à terceirização de atividades das empresas”.

Isso evidencia que as expectativas de que os empregos perdidos no setor industrial seriam compensados pelos novos postos no setor de serviços não se confirmaram. Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se inferir que o setor de serviços também estava passando por um processo de enxugamento de cargos, submetidos a um processo intenso de modernização associado à prática de uma alta rotatividade de mão de obra, como foi o caso do setor bancário.



Nesse quadro, produz-se um novo perfil dos desempregados: os de faixas etárias mais elevadas, os oriundos dos setores que foram submetidos a um processo de terceirização e os possuidores de um maior nível de escolaridade. Esses padrões de desemprego só serão alterados à medida que se modifique o modelo de desenvolvimento vigente.

Entre os desempregados, parece inegável que há uma tendência em partir para o trabalho informal. Mas há também casos em que, por iniciativa empresarial, dos sindicatos ou dos próprios trabalhadores, certas atividades tornaram-se “escoadouro” ou alternativa temporária para o desemprego: foram criadas cooperativas de trabalho e determinadas atividades foram terceirizadas.

As cooperativas de trabalho são organizadas, muitas vezes, com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores da categoria ou pelos próprios empregadores. O trabalho em domicílio é mais constante em alguns setores como o de confecções (faccão), calçados (ateliês), trabalho virtual (vendas, informática), e cooperativas comunitárias.

O desemprego é o grande desafio, mas empresas que mantêm uma mão de obra relativamente estável preocupam-se que seus funcionários tenham condições de empregabilidade e oferecem a eles a possibilidade de uma qualificação que lhes dê condições de “empregabilidade”.

Nessa ótica, a questão de emprego não é mais vista (ou possível) no modelo tradicional de empresa; além disso, aumentam as exigências em termos de profissionalismo/qualificação; o funcionário precisa cada vez mais ser um empreendedor, buscar o autodesenvolvimento.

O conceito de empregabilidade é entendido por Torres e Longo (2003) como a capacidade da mão de obra de se manter empregada ou encontrar um novo emprego quando demitida. Por trás desse conceito há a ideia de que a mão de obra está desempregada devido a sua inadequação diante de um mercado cada vez mais exigente. O trabalhador estaria desempregado não porque faltam empregos, mas porque o seu perfil de qualificação não está adequado aos novos conceitos de produção.

A educação não resolve o problema da necessidade mais constante do uso de tecnologias que eliminam os postos de trabalho ou do fato de que as relações de trabalho estejam centradas em autoritarismo, na busca acentuada do lucro e na concentração do capital. Atribui-se à evolução tecnológica o aumento do desemprego, mas a base técnica em si não é a responsável pelo desemprego, mas o uso que dela se faz.

Mais do que discutir “empregabilidade”, é necessário lembrar-se do poder da empresa de decidir unilateralmente jornada de trabalho, admissão e demissão de pessoal, além de organização e condições de trabalho que levam as empresas a valorizarem extremamente os equipamentos poupadões de mão de obra. (TORRES; LONGO, 2003).

Acompanhando de forma mais direta e atenta a realidade do mercado de trabalho, constatamos que o emprego cresce justamente entre os trabalhos mal pagos e de alta rotatividade. O trabalho estável, bem pago e qualificado é privilégio de uma minoria. Ampliam-se os trabalhos de natureza instável, precários e informais, e, nestes casos, incluem-se até mesmo trabalhadores com níveis mais elevados de escolarização.

Essa constatação insere-se na nova lógica de produção “terceirizada”.

As grandes empresas “enxugam” seus quadros e os trabalhadores assumem funções terceirizadas junto a fornecedores que investem menos em sua mão de obra, seja por escassez de recursos econômicos, seja porque assumem parte do processo produtivo com menos valor agregado, que pressupõe uma mão de obra com menor qualificação.

Parece-nos, então, da máxima relevância, a relação que vai se estabelecer entre as três categorias: flexibilização do trabalho, qualidade de vida do trabalhador e emprego. (TORRES; LONGO, 2003).

Seção 4

Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão

Podemos diferenciar renda e riqueza. Enquanto renda é o que você recebe em determinado período, riqueza é o patrimônio que você possui em bens, como imóveis, carro, aplicações financeiras etc. É pouco frequente o estudo sociológico sobre a riqueza, e, no Brasil, dispomos de poucos dados sobre a riqueza da população. Mesmo sendo um dado obtido pela Receita Federal, ele não está disponível para pesquisadores; assim, é difícil estabelecermos a diferença entre os mais ricos e os mais pobres.

Com a renda, a situação é um pouco diferente. De acordo com Bryn (2006), as fontes mais utilizadas para descobrirmos a renda dos brasileiros são: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Além de diferentes indicadores para medir a pobreza, há diferentes interpretações do que ela seja. Os sociólogos costumam utilizar duas abordagens diferentes: pobreza absoluta e pobreza relativa. De acordo com Giddens (2005, p. 255):

[...] **pobreza absoluta** fundamenta-se na idéia da subsistência – as condições básicas que devem ser preenchidas para que se mantenha uma existência fisicamente saudável. Quem carece dessas necessidades fundamentais para a existência humana – como alimento suficiente, abrigos e roupas – é classificado como indivíduo que vive na pobreza. O conceito de pobreza absoluta é visto como universalmente aplicável.

[...] Porém, nem todos aceitam a idéia de que um tal padrão possa ser identificado. De acordo com essas pessoas, seria mais apropriado empregar o conceito de **pobreza relativa**, o qual relaciona a pobreza ao padrão de vida geral predominante em uma sociedade específica. Os defensores do conceito de **pobreza relativa** acreditam que a pobreza seja definida culturalmente, não devendo ser medida segundo um padrão universal de privação.

Não há um consenso entre pesquisadores e instituições sobre o número de pobres no Brasil. Para o Programa governamental Fome Zero há, no Brasil, 46 milhões de brasileiros pobres; para o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), esse número chega a 56,9 milhões; e, ainda, para a socióloga Sônia Rocha, o número de pobres no Brasil é de 34,8 milhões. (BRYN, 2006).

Em todas as estimativas, o número de pobres no Brasil é assustador. Outro dado preocupante é em relação à distribuição de renda. Segundo dados do IPEA, no ano de 2000, 68,06% de toda a renda gerada no Brasil foi destinada aos 20% dos brasileiros mais ricos. Na linha oposta da abundância, estão os 20% mais pobres, que ficaram com 1,5% da renda nacional total.

Para dimensionarmos essa má distribuição de renda, vamos pensar que o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) fosse medido em sanduíche do McDonald's, o Big Mac. Vamos supor que, por ano, o PIB brasileiro fosse de 1000 Big Macs. Como afirmamos, os 20% mais ricos ficariam com 68,06%, ou seja, essa parcela da população comeria 680 sanduíches. Já os 20% mais pobres comeriam apenas 15 sanduíches, dado que faz do Brasil um dos países com mais desigualdades no mundo.

Outro dado alarmante é que a distribuição de renda no Brasil tem se tornado cada vez mais desigual. E mais, enquanto a distribuição de renda piora, a riqueza amplia-se; ou seja, nos últimos 40 anos, o PIB aumentou a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Mas por qual motivo há tanta desigualdade e tanta pobreza? Será que é possível explicá-las?

Vários teóricos procuram apontar as causas da pobreza na sociedade contemporânea. Giddens (2005, p. 260) agrupa dois grupos de teorias que tentam explicar esse fenômeno: as teorias que responsabilizam os pobres pela própria pobreza e as teorias que concebem a pobreza como algo produzido e reproduzido por forças estruturais da sociedade capitalista.

As teorias que responsabilizam a vítima existem há bastante tempo. Já no século XIX, pregava-se que a pobreza era resultado de patologia ou inadequação dos indivíduos. Nesse período, era comum acreditar que os pobres eram incapazes de prosperarem na sociedade por incapacidade moral ou psíquica. Mais recentemente, as explicações foram buscadas no estilo de vida dos pobres. Ou seja, os pobres eram pobres por ter hábitos e atitudes que não os levavam a “subir na vida”.

As abordagens que procuram, em processos sociais mais amplos, as causas da pobreza, acreditam que as forças estruturais, como classe, gênero, realização em termos educacionais, dentre outras, modelam a maneira de a renda ser distribuída. Afirmam que a situação dos pobres é consequência de situações restritivas e não a sua causa, e que para diminuir a pobreza não se deve propor mudanças individuais/comportamentais, mas mudanças políticas que levem à distribuição de renda mais igualitária para toda a sociedade.

4.1 Exclusão econômica

Indivíduos e comunidade podem ser excluídos da economia no que diz respeito à produção e ao consumo. Quanto ao aspecto da produção, o emprego e a participação no mercado de trabalho são centrais para a inclusão.

Em comunidades que apresentam altas concentrações de privação material, é menor o número de pessoas que trabalham em tempo integral. Nestas, as redes informais de informação, capazes de auxiliar os desempregados a ingressarem no mercado de trabalho, são ineficientes. As taxas de desemprego são, com frequência, altas, e as oportunidades ocupacionais são, de modo geral, limitadas.

Para Giddens (2005, p. 265), a exclusão da economia também pode se dar em termos de padrão de consumo, ou seja, com relação ao que as pessoas consomem e utilizam em sua vida diária. A falta de um telefone pode contribuir para a exclusão social. “[...] Não possuir uma conta bancária é outro sinal de exclusão social [...]”, de acordo com o autor.

4.2 Exclusão política

A participação popular e contínua na política é o alicerce dos estados democráticos liberais. Os cidadãos são estimulados a manter uma atitude consciente quanto

às questões políticas, a levantar sua voz em apoio ou protesto, a contatar seus representantes eleitos para assuntos importantes, e a participar do processo político em todos os níveis.

Porém, uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, a quem podem faltar as informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. Conforme Giddens (2005, p. 265), “[...] As vozes e necessidades dos socialmente excluídos não conseguem ser incorporadas às agendas políticas.”

4.3 Exclusão social

A exclusão também pode ser sentida no domínio da vida social e comunitária. Áreas que sofrem com alto grau de exclusão social podem contar com instalações comunitárias limitadas, como parques, quadras de esporte, centros culturais e teatros. Os níveis de participação cívica são, muitas vezes, baixos. Além disso, famílias e indivíduos excluídos podem ter menos oportunidades de lazer, viagens e atividades fora de casa. A exclusão social pode significar uma rede social limitada ou frágil, que leva ao isolamento e a um contato mínimo com os outros. (GIDDENS, 2005, p. 265).

4.4 Exclusão e inclusão social

Alguns teóricos, sobretudo europeus, têm preferido utilizar o conceito de exclusão social como substituto à classe baixa ou pobres. Inicialmente, o termo “exclusão social” foi adotado por políticos e usado por sociólogos para se referirem a novas formas de desigualdade social, para além da questão meramente econômica.

A exclusão social refere-se à possibilidade de o indivíduo ficar sem o envolvimento total na sociedade. Os teóricos que vêm utilizando esse conceito afirmam que ele é mais abrangente do que o de “classe baixa”, exatamente por enfatizar os processos e mecanismos de exclusão.

Para Giddens (2005, p. 265), a exclusão pode assumir várias formas, podendo ocorrer em áreas rurais isoladas ou bairros localizados em zonas urbanas decadentes. A **exclusão** e a **inclusão** podem ser analisadas sob os prismas econômico, social e político.

A pobreza e a desigualdade social são problemas que persistem em todos os sistemas sociais na atualidade, uma vez que a igualdade mostra-se difícil de ser atingida nesse sistema de livre-mercado. Em vários países já houve tentativas, sobretudo por parte de políticos de esquerda, de erradicar a pobreza com mecanismos de redistribuição de riqueza. O Estado assistencialista e os altos níveis de tributação foram tentativas realizadas em vários países da Europa.

Infelizmente, essas tentativas não foram totalmente exitosas e a assistência muitas vezes não chega àqueles que precisam – tal como vivenciamos hoje no Brasil, com alguns dos projetos assistenciais do governo.

O conceito de igualdade também vem sendo alterado; já se luta pelo direito à diferença e respeito à diversidade de estilos de vida, buscando-se cada vez mais a igualdade de oportunidades. As interpretações sobre desigualdade também vêm sendo ampliadas, e podemos perceber que, apesar da desigualdade econômica permanecer, vemos que, em alguns aspectos, as sociedades estão mais igualitárias. Como exemplos, temos: as mulheres hoje têm mais espaço na sociedade do que em tempos atrás; da mesma forma, vemos os avanços legais e sociais em relação a grupos minoritários.

Considerações Finais

Ao longo do livro, tentamos trabalhar elementos que permitem ao aluno perceber as causas que estruturam nossas vidas, como nossa forma de trabalhar, estudar, etc. Mostramos que a sociedade possibilita algumas escolhas e outras, não; que não somos totalmente livres, nem totalmente prisioneiros de uma ordem social, já que não há cristalizações nas relações sociais. Perceber o caráter construtivo da sociedade significa compreender que os problemas/dilemas que enfrentamos cotidianamente não são causados apenas por fatores físicos e emocionais, mas também sociais.

Procuramos desenvolver habilidades que permitam realizar uma reflexão crítica sobre problemas do cotidiano, principalmente, os que compreendem o mundo do trabalho e da sua formação. Além desses, abordamos ainda as complexas relações que se desenvolvem no mundo das organizações, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, a partir das mudanças ocorridas ao longo das últimas três décadas.

Em relação ao mundo do trabalho, está em voga cada vez mais a ideia da flexibilização dos vínculos trabalhistas, bem como do fim das garantias relativas ao tempo dedicado ao trabalho. Portanto, faz-se necessário reconhecer que as concepções de mercado são resultado das mesmas dinâmicas sociais que determinam as relações de produção.

Tente levar para sua vida o essencial de cada capítulo e realmente utilize estes conhecimentos em seu cotidiano. Temos a certeza que, de alguma forma, cada um desses conteúdos terá importância em sua vida, desde as coisas mais simples até as mais complexas, como: a formação econômica e social para o entendimento do espaço geográfico; a globalização e a sociedade contemporânea; a educação e o mundo do trabalho.

Por fim, indiretamente, também quisemos ampliar sua consciência política, pois somente por meio dela podemos aspirar à dignidade humana e à integral condição de cidadão. Onde quer que esteja hoje, onde quer que você venha a estar, se, após esta leitura você conseguir olhar à sua volta e enxergar as relações de poder que o envolvem, bem como os reflexos de um grande projeto cívico, já estaremos absolutamente satisfeitos.

Nossos melhores votos!

Referências

ALVES, Glória da Anunciação. Cidade, Cotidiano e TV (2005). **Revista eletrônica: Caminhos de Geografia.** Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/index>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educ. Soc.* [online]. 2004, vol.25, n.87, pp. 335-351. ISSN 0101-7330.< <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

AQUECIMENTO Global e Efeito Estufa. Dicas grátis na net, 2012. Disponível em: <<http://dicasgratisnanet.blogspot.com.br/2012/05/aquecimento-global-e-efeito-estufa.html>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996, pp. 45-46.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BERHEIM, Carlos Türnnemann & CHAUÍ, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior.** Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

BOTOMÉ, Silvio. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária.** Petrópolis: Editora Vozes; São Carlos: Ed. UFSCAR; Caxias do Sul: Ed. UCS, 1996.

BRYN, Robert et al. **Sociologia:** uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Lerning, 2006.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional.** Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo, Fapesp, 1995, p. 21.

CHARON, Joel M. **Sociologia.** São Paulo: Saraiva, 2004.

CORRÊA, Roberto L. **Espaço, um conceito-chave da geografia.** In: Geografia: conceitos e temas. CASTRO, Iná E. de; GOMES, Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 17-47.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1998.

DE LUCA GARATE, Francisco Javier. **Ensaios críticos de sociologia e meio ambiente**. Brasil: Ed. Copiart, 2000.

DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1989.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Las Organizaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1999 (11^a ed. – 1^a ed. 1977), p. 44.

ESPAÇO GEOGRÁFICO. Disponível em: <<http://www.espacogeografico.com.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

FATOS e fotos de desmatamento. Guia Dicas, 2012. Disponível em: <<http://guiadicas.net/fatos-e-fotos-de-desmatamento/>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

FIORANTE, Eduardo. **Modos de produção e relações de trabalho**. São Paulo: Eumed, 1978.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GUIMARÃES, Valter Soares (Org.). **Formar para o mercado ou para a autonomia?** O papel da universidade. Campinas, SP: Papirus, 2006.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999, p. 74.

HARNECKER, M. **Los conceptos elementares del materialismo histórico**. Siglo 21, 1972.

HARVEY, D. **Social justice and the city**. Londres: Edward Arnold, 1973.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andréa Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 23.

IANNI, Octavio. **O mundo do trabalho**. In: São Paulo em Perspectiva, 8(1): 2-12, janeiro/março 1994. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf>. Acesso em: 08 fev.

KEOHANE, Robert O. **International institutions**: two approaches. In: KRATOCHWIL, Friedrich; MANSFIELD, Edward D. *International Organization: a reader*. New York, Longman, 1994, pp. 44-61.

KRASNER, Stephen. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. **Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho.** In PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jun/jul 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10762/10269>>. Acesso: 08 fev. 2013.

LARA, Yoandris Sierra. **La transición al socialismo en las condiciones del capitalismo subdesarrollado contemporáneo.** México: ULM, 2005.

LEFÉBVRE, H. **La production de L'Espace.** Paris:Anthropos, 1974.

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do candidato:** política internacional. Brasília, FUNAG, 2004, p. 38.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 233.

MARX, K. **O Capital.** 7. ed. Resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. 2006, op. cit. **Integração regional:** blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006.

MERCADO POPULAR: ECONOMIA LIVRE & JUSTIÇA SOCIAL. 5 medidas do governo que pioram a desigualdade no Brasil. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/2015/06/5-medidas-do-governo-que-pioram-a-desigualdade-no-brasil/>>. Acesso em: 23 nov. 205.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; LOPES NETO, Sebastião. **Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos:** considerações sobre uma política pública de certificação profissional. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 93, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000400019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 fev. 2013.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBr). **Organograma do Sistema ONU.** 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/organograma.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

NOZOE, Nelson Hideiki; BIANCHI, Ana Maria; RONDET, Ana Cristina Ablas. **A nova classificação brasileira de ocupações:** anotações de uma pesquisa empírica. São Paulo Perspec. [online]. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 234-246. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000300023>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Velhos e novos regionalismos:** uma explosão de acordos regionais e bilaterais no mundo. Ijuí: Editora Unijuí, 2009, principalmente pp. 39-43.

PICCININI, Valmiria Carolina; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. **Emprego e empregabilidade.** In: *Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, VIII, 2003. Anais. São Paulo: PROLAM/FeA/USP/ABeT, 2003. p. 215-229.

POCHMANN, Marcio. **Mudanças na ocupação e a formação profissional.** VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999. Disponível em: <<http://raceadmv3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/pochmann1n.doc>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

PORTE, Claudio & RÉGINER, Karla. **O Ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025.** Dezembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque de clássicos:** Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Universidade num ambiente de mudanças.** In: QUADROS, Claudemir (Org.). Trabalho docente na educação superior: proposições e perspectivas. Santa Maria, RS: Centro Universitário Franciscano, 2003.

RUGGIE, John Gerard. "Multilateralism: the anatomy of na instituition". In: Kratochwil, Friedrich; Mansfield, Edward D. **International Organization:** a reader. New York: Longman, 1994, pp. 32-41.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI:** para uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008. Disponível em <<https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/AUniversidadenoSeculoXXI.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, jun. 1977, p. 81-99.

SERENI, E. **La categoria de formación económico-social.** Cuadernos de Passado y presente. Córdoba, Argentina, Siglo XXI. 1976.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de integração regional:** União Europeia, Mercosul e UNASUL. Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteaux : Ed. UFSC, 2013.

TAMANINI, Marlene; AMORIM, Tade-Ane de. **Sociologia.** Palhoça: UnisulVirtual, 2003.

TORRES, David; LONGO, Moacir. O Desemprego no Brasil e no mundo. In: _____. **Reformas para o desenvolvimento do Brasil.** São Paulo: SINAFRESP, 2003. Disponível em: <www.library.com.br/Reforma/Pg021Desemprego.htm>. Acesso em: 30 dez. 2006.

VESENTINI, José W. **Geografia geral e do Brasil.** São Paulo: Ática, 2007.

VISÃO GEOGRÁFICA. **Imagens da paisagem (natural e cultural).** Disponível em: <<http://www.visaogeografica.com/images/hidreletrica.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Os dez anos que abalaram o século 20:** a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre: Novo Século, 1999, pp. 22-23.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia D. **História do mundo contemporâneo.** Da Paz Britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XIX. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008, p. 9.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; WIESEBRON, Mariane (Orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Pólos de poder e sistema internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, v. 1.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 13.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano:** os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 54.

Sobre o(s) professor(es) conteudista(s)

Agostinho Schneiders

Graduado em Geografia (1994) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Fez mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de Concentração em Cadastro Técnico Multifinalitário (1999), e doutorado em Geografia pela UFSC (2012) na área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano. Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina desde junho de 1999, onde ministra diversas disciplinas relacionadas, principalmente às Ciências Humanas, com destaque para as que integram a grade dos cursos de formação de professores (Geografia, História, etc.). Desenvolve suas pesquisas na área de Formação Social e Espacial: Mundo, Brasil e Regiões. No currículo, conta ainda com experiências docentes no ensino Básico da rede privada de Tubarão e Santa Maria, Rio Grande do Sul, bem como de pós-graduação nas modalidades presencial e a distância.

Rogério Santos da Costa

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre em Administração – Área de Políticas e Planejamento Governamental, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorando em Ciência Política – Área de Política Internacional e Integração, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor do Curso de Relações Internacionais da Unisul, nas disciplinas de Introdução às Relações Internacionais, Introdução à Ciência Política, Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Organizações Internacionais. Foi professor das disciplinas de Economia Internacional e Análise de Mercados Internacionais. Pesquisador na área de Relações Internacionais, Integração e Mercados Internacionais, Segurança Coletiva e Organizações Internacionais. Também atua como professor Tutor das disciplinas de Mercados Internacionais II – Europa e África e Mercados Internacionais III – Ásia e Oceania, do Curso de Gestão de Comércio Exterior da Unisul.

Socioeconomia e Geopolítica

O maior objetivo deste livro está na fundamentação teórica sobre globalização e fragmentação da sociedade atual, estudando o espaço geográfico como local de mudanças e permanências e a sociedade do conhecimento como principal fator de mudanças nas relações de trabalho. A mensagem mais importante é a compreensão da sociedade como construção histórica, envolvendo atores que aparecem individual ou coletivamente, em organizações governamentais e privadas. Essa compreensão é vital para nos entendermos como atores sociais e não apenas expectadores da sociedade.

